



MARXISMO E ANTROPOLOGIA: UM DIÁLOGO PERTINENTE.

IVARRA ORTIZ, Rosalvo¹

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

RESUMO: A relação entre o Marxismo e a Antropologia tem sido frutífera e muitas vezes antagonista. Existem várias fases distintas que podem ser descritas. Em primeiro lugar, há os próprios escritos de Marx e Engels sobre temas antropológicos que formaram a base de muitas investigações autoconscientemente ortodoxas na antropologia oficial russa e chinesa. Em segundo lugar, há uma obra antropológica inspirada por teóricos marxistas posteriores: a maior parte dela foi realizada desde o início dos anos de 1960 e pode ser dividida em duas correntes principais: o Marxismo Estrutural e o que chamarei de Marxismo Cultural. Finalmente, podemos também destacar importantes áreas de trabalho que poderiam ser caracterizadas como "pós-marxistas", no sentido de que elas foram profundamente influenciadas pelo encontro dos autores com as ideias marxistas, mas com pouco ou nenhum traço de apego dogmático a elas. Portanto, este ensaio explora a relevância contínua do trabalho de Marx na teoria antropológica, examinando três dimensões de seu pensamento, concentrando-se em um texto central em cada: materialismo histórico (a ideologia alemã), a análise do capitalismo (volume 1 do Capital) e análise política (O 18 de Brumário de Luís Bonaparte). Cada uma dessas dimensões está relacionada às discussões atuais na teoria antropológica e social, mas a ênfase permanece em uma interpretação da obra de Marx.

Palavras-chave: Marxismo, Antropologia, Interpretação.

¹ Possui graduação em Licenciatura plena em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UGD. Atualmente é acadêmico do Mestrado em Antropologia Sociocultural- {Linha de Pesquisa: Arqueologia, Etno-História e Patrimônio Cultural} pela mesma instituição de ensino, com início em 2017. É membro do grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) GIPEDAS - "Grupo Iberoamericano para Pesquisa e Difusão da Antropologia Sócio-Cultural". Possui artigos publicados no Brasil e na Europa. Pesquisa arte, memória e cosmologia Guarani e Terena em Mato Grosso do Sul. Bolsista: FUNDECT/MS. E-mail: rosalvortiz@hotmail.com



ESTRUTURA E SUJEITO NO MATERIALISMO HISTÓRICO: UM DEBATE ENTRE LOUIS ALTHUSSER E EDWARD THOMPSON

Julia Pantin da Silva²

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

Destacam-se os principais argumentos de Louis Althusser e E. P. Thompson, acerca da estrutura e sujeito enquanto princípios determinantes do materialismo histórico; isto é, procura-se identificar qual o ‘móvel da história’. Este debate, originado pela emergência do estruturalismo francês e motivado pelas críticas ao regime estalinista, perpassa desde questões sobre a natureza do conhecimento histórico até o estatuto de outros conceitos essenciais ao marxismo, como contradição, luta de classes e modo de produção.

Palavras Chave: Materialismo histórico, Estruturalismo, Historiografia

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



A CRÍTICA DO IMPERIALISMO E A PERSPECTIVA DAS COMUNIDADES PRIMITIVAS NA OBRA DE ROSA LUXEMBURGO

Gabryela de Almeida Duarte BORGES

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

O objetivo geral deste trabalho é compreender e sistematizar o pensamento de Rosa Luxemburgo tendo como referência central o modo como ela incorpora na sua crítica à sociedade capitalista a perspectiva das sociedades ditas “pré-modernas”, a fim de evidenciar o ímpeto destrutivo do capital, particularmente na era do imperialismo. Este objetivo geral parte de entender a visão de totalidade social de Rosa Luxemburgo e de como ela se traduz na *unicidade* das dimensões econômica e política do seu pensamento. Partimos do pressuposto de que os estudos sobre as sociedades pré-capitalistas é central para o desenvolvimento do argumento de que o fenômeno do imperialismo é inseparável da própria natureza do capitalismo e de que consiste em uma necessidade social e econômica da reprodução do capital, cujo ímpeto expansivo teria como princípio o extermínio das formações sociais comunais. Em resumo, temos em vista que, ao olhar para essas comunidades, Rosa Luxemburgo encerra não apenas uma crítica ao mercado capitalista e às formas de sociabilidade engendradas por ele mas, ao mesmo tempo, identifica, nessas comunidades, uma dinâmica diferente do padrão das sociedades capitalistas. Essa definição fornece, à análise da autora, os elementos necessários para se pensar em outras formas possíveis de organização da vida social, o que exerceria um papel fundamental na luta prática contra o capitalismo e em prol de novas formas de sociabilidade. A escolha política de um passado distante enquanto prefiguração do socialismo moderno parte da suposição de que a civilização industrial-capitalista retrocedeu, do ponto de vista humano, em relação às comunidades do passado e o interesse de Luxemburgo consiste, justamente, em resgatar as qualidades sociais dessas formações que se perderam nas civilizações modernas e que prefiguram certos atributos de uma futura sociedade comunista. A discussão acerca das comunidades primitivas é, ainda, muito fértil na medida em que se desassocia da perspectiva de tempo histórico linear e do progressismo do marxismo ortodoxo, ao mesmo tempo em que, ao refletir sobre a possibilidade de outras formas possíveis de existência social, representa uma aposta num futuro emancipatório. Essa discussão ajuda a pensar como a lembrança de um passado longínquo permite fecundar as aspirações revolucionárias presentes no pensamento político de Rosa Luxemburgo e de que forma o comunismo primitivo pode constituir uma prefiguração da práxis moderna. Nesse sentido, a convergência revolucionária entre o antigo e o novo comunismo se daria muito mais do ponto de vista analítico do que enquanto referencial romântico - o comunismo do futuro, ou o “futuro socialista” seria a *Aufhebung* do comunismo primitivo e a práxis seria o elo dialético entre o passado e o futuro, entre as possibilidades abertas pelo processo histórico e sua realização.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; Imperialismo, Comunidades primitivas

MARX E A REFORMULAÇÃO DOS TERMOS DO DEBATE DA FILOSOFIA MODERNA: A SUPERAÇÃO DA ANTINOMIA ENTRE LIBERDADE E NECESSIDADE

Henrique Cunha VIANA¹

Palavras-chave: Materialismo. Ontologia. Epistemologia. Método. Trabalho.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A obra teórica de Marx

Resumo

O objetivo desta exposição é apresentar um resultado parcial de pesquisa sobre a reformulação empreendida por Marx dos termos do debate da filosofia moderna e da teoria social nascente de sua época em sua obra de maturidade. Reformulação cujo ponto central é a superação da antinomia entre liberdade e necessidade, que é aqui desenvolvida através das interpretações da obra de Marx por Lukács, Alfred Schmidt, Giannotti, José Chasin e J. P. Kain. Primeiramente, discute-se como Marx, no período de sua descoberta da economia política clássica, dá início ao desenvolvimento de uma nova ontologia, na qual o trabalho e o metabolismo entre homem e natureza são centrais, que *supera* o conflito da cosmologia moderna, qual seja, o debate sobre o mundo como lugar do mecanismo *versus* como lugar da *teleologia*. Seguindo as considerações dos autores mencionados, apresentamos a ideia de que, dada a existência tanto da posição de fins dos sujeitos quanto do mecanismo da natureza no processo de trabalho, pode-se dizer que na *atividade sensível* há coexistência entre liberdade e necessidade, o que revoga os termos da cosmologia moderna e de sua ontologia. Após este primeiro momento, apresenta-se o argumento de que essa *nova ontologia* centrada no trabalho se desdobra em uma nova epistemologia e concepção de método das ciências. O foco no *metabolismo da atividade sensível, na apreensão dos nexos causais* e regularidades dos fenômenos para a consecução de um *fim* faz com que o conhecimento passe a ser entendido como *conhecimento adequado a fins*, sem fundamentação última e sempre provisório. Discutimos como essa nova visão constitui uma superação da epistemologia moderna, na medida em que mostra tanto a necessidade da apreensão objetiva do mundo no processo do trabalho, quanto a existência de uma ‘dialética da correção’ do conhecimento, que tem como elemento central a negação feita pelo objeto tanto da posição de fins, quanto da teoria do sujeito. Em seguida, discutimos como essa mudança aparece *em estado prático* na obra de maturidade de Marx e dá forma à sua crítica da economia política, dado que o modo de produção capitalista é investigado como um *organismo*, objeto que possui sua lei própria, sem teleologia externa. A observação das regularidades e a apreensão dos nexos causais é, assim, a única forma de *conhecer* - conhecimento que é sempre do *movimento* -, investigando o fenômeno social *como se ele fosse natural*. Esse método apreende então o modo de *particularização*, i.e., a especificidade do fenômeno. E nisso reside a transformação dos termos do debate sobre a ‘anatomia da sociedade’: na apresentação do mundo social como *organismo* em vez de *mecanismo* de leis naturais, via historicização do ‘mecanismo’. Por fim, discutimos a hipótese atual da pesquisa: que essa perspectiva radicalmente diferente no debate cosmológico e epistemológico da filosofia moderna tem como fonte principal a economia política clássica e as descobertas de Marx no estudo e na crítica dessa disciplina.

¹ Mestrando em Filosofia do IFAC/UFOP (PROPP/CAPES) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG. Email: viana.henriquec@gmail.com



LÍNGUA, MATERIALISMO HISTÓRICO E PSICANÁLISE: OS GESTOS DE LEITURA A PARTIR DA ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO

Caroline Aparecida Fazio¹

Palavras-chave: Análise do discurso. Materialismo histórico. Psicanálise. Arquivo.

Grupo de trabalho: GT 1 - A Obra Teórica de Marx

Resumo

A Análise do discurso surge como disciplina na França de 1969, momento em que ainda recebia os ecos dos acontecimentos de 1968, criticando a maneira pela qual o estruturalismo, corrente que vivia seu apogeu nas ciências humanas, principalmente na linguística, tratava de maneira reducionista a linguagem, excluindo da análise o sujeito e a situação, de modo a levar somente em consideração sua operacionalização para fornecer às ciências sociais um instrumento científico de investigação². Assim, Michel Pêcheux, fundador da Análise Materialista do Discurso, a propõe como disciplina de interpretação constituída na confluência da chamada “tríplice entente”: história, linguística e psicanálise. Da História, a partir do materialismo histórico, apropriando-se de uma leitura crítica de Marx que se viabiliza por Althusser³, que convoca uma leitura não dogmática e que rejeita a noção de existência de “o sentido por trás do texto”, e, ao contrário, estabelece uma relação materialista com ele, partindo de sua de sua estrutura e questionando seu objeto específico, para que dele se possa extrair outros dizeres; da Língua, pela linguística através de Saussure⁴, levando em consideração a estrutura sintática e os processos de enunciação; e do Sujeito, alicerçado na psicanálise pela leitura de Freud por Lacan, a partir de uma teoria não subjetiva do sujeito, que leva em consideração que o mesmo é afetado pelo inconsciente, tudo isso para pensar numa teoria do discurso na qual a língua é analisada nas práticas discursivas, nunca desvinculada do simbólico e sempre contraditória, considerando os processos históricos nas quais ela se constitui⁵. Desta forma, o que se permite é um dispositivo teórico que também leva em consideração as ideologias que atravessam os sujeitos, fazendo com que se

¹ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: carolfazio13@gmail.com

² Robin, Régine, and Adélia Bezerra de Meneses Bolle. *História e linguística*. Editora Cultrix, 1977.

³ Althusser, Louis, Jacques RANCIÈRE, and Pierre MACHÉREY. *Ler O Capital (vol. I)*. 1980.

⁴ Saussure, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Editora Cultrix, 2008.

⁵ Pêcheux, Michel, and Eni Puccinelli Orlandi. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP, 1995.

identifiquem em determinadas posições políticas, numa relação entre ideologia e inconsciente. Assim, os sentidos estão sempre em relação à essas posições-ideológicas e condições de produção nas quais os sujeitos se inscrevem, não havendo a possibilidade de uma leitura e interpretação da história que seja transparente e homogênea. Sendo assim, partindo desse gesto de leitura produzido pela análise do discurso, no presente trabalho se estabelece a posição da linguística como essencial para diálogos junto à disciplina de história, viabilizando uma leitura crítica do arquivo não pautada no empirismo cego, e considerando a materialidade do texto e a especificidade de seu suporte, objetivando uma leitura que desestabilize a falsa noção de homogeneidade nas relações texto-sentido. Desse modo, afirma-se que uma pesquisa no campo das ciências humanas que não considere as especificidades desses campos teóricos, sempre estará sujeita a recontar a história de maneira a contribuir com os discursos hegemônicos e dominantes sem questionar e desestabilizar a construção dos mesmos, ignorando os processos históricos que permitem as construções de sentidos.



UMA (RE)LEITURA DA OBRA *QUESTÃO JUDAÍCA*

Samira C. S. PEIREIRA¹ José Francisco XARÃO²

Palavras-chave: Emancipação Política. Emancipação Humana. Karl Marx.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

Este artigo propõe como objetivo buscar por meio de uma releitura da obra *Sobre a Questão Judaica*, explorar o conceito de emancipação política conforme Karl Marx, que diz respeito a redução do homem, de um lado membro da sociedade, indivíduo que é egoísta e independente e de outro lado, cidadão e pessoa moral. Em um segundo, os resultados obtidos no artigo, o conceito de emancipação humana ganha enfoque. Apesar de ser um conceito obscuro dentro da obra de Marx, entendemos emancipação humana como maneira de socialização que os homens possam ser efetivamente livres, mas para conseguir alcançar tal liberdade é necessário a erradicação do capital. Por fim, concluímos que não é possível realizar uma emancipação humana, mesmo com a realização da emancipação política. Na qual o Estado não fornece meios para que a essa seja realizada [emancipação humana]. A contradição entre emancipação política e humana não apresenta, portanto, uma solução sólida. Tornando os homens reféns do Estado, não conseguindo alcançar sua libertação do capital e da propriedade privada. A qual Marx se refere ao dizer que o judeu deveria se emancipar do judaísmo, ou seja, emancipação no que diz respeito ao negócio e ao dinheiro e não da religião. Dessa maneira, a emancipação buscada por todos os homens, não somente judeus, mas impossibilita de ser realizada mesmo com a emancipação político, visto que o Estado não fornece meios para os cidadãos se emanciparem, limitando-os.

¹Bolsista de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq. E-mail: samiracsp@outlook.com

² Professor Adjunto do ICHL/Unifal-MG, email: jose.xarao@unifal-mg.edu.br

O FETICHISMO MARXIANO

Fábio César da Silva*

Palavras-chave: Fetichismo. Fetichismo da mercadoria. Karl Marx.

Grupo de Trabalho: GT 1- A Obra Teórica de Marx

Resumo: Nesta comunicação, descreverei o *fetichismo marxiano* em seus aspectos “objetivo”, ligados à produção, e “subjetivo”, ligados ao consumo de mercadorias. Para isso, seguirei a exposição de Karl Marx (1818-1883) em *O Capital* (1867) no qual ele descreve, em um primeiro momento, o conceito de *mercadoria* para em seguida descrever o *fetichismo da mercadoria*. Além disso, descreverei como o termo *fetichismo* é tratado em seu aspecto “subjetivo” em uma obra de Marx anterior a *O Capital* denominada de *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Em *O Capital*, Marx salienta que, à primeira vista, a *mercadoria* parece ser uma coisa trivial e de fácil compreensão, no entanto, quando analisada, ela se revela como algo peculiar e incomum, em suas palavras, como algo “cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”. Com efeito, Marx cunhou o termo *fetichismo da mercadoria* para postular que esse “caráter misterioso” da *forma mercadoria* é o encobrimento das características sociais do trabalho humano, substituindo-as pelas características materiais e pelas propriedades sociais dos produtos do trabalho. Na verdade, o *fetichismo da mercadoria* é o processo de ocultamento das relações sociais as quais existem entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, fazendo, desse modo, com que pareça que tais relações se estabeleçam entre os produtos do trabalho. É por meio desse processo, considerado por Marx como uma “dissimulação”, que se estabelece a transformação do produto de trabalho em *mercadoria*, “coisas” sociais possuidoras de propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Enfim, mediante essa descrição, tento sugerir os seguintes aspectos gerais do *fetichismo marxiano*: [1] Há uma ênfase em demonstrar a sua manifestação mais na produção, ou no que eu denominei de aspecto “objetivo” do *fetichismo*, do que no consumo. [2] Há uma menção, não muito explícita, da manifestação dele na consciência das pessoas ou no que eu denominei de aspecto “subjetivo” do *fetichismo*. [3] Ele está vinculado à ideia de “naturalização”. [4] Ele configura-se em um tipo de teoria econômica fetichizada contraposta a uma teoria econômica dialética do valor.

*Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor de Filosofia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/Unidade Ibirité. E-mail: fcs128@hotmail.com



A INVERSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA ANÁLISE DAS CATEGORIAS DA ALIENAÇÃO, FETICHISMO E CONSCIÊNCIA EM MARX

Jéssica Ribeiro Duboc¹

Palavras-chave: Alienação. Fetichismo. Consciência de Classe.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

A pesquisa apresentada neste trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado que se concentrou na investigação da relação que se constitui entre as categorias da alienação, do fetichismo e da consciência na perspectiva marxiana. A complexidade e o amplo material dedicado à essa problemática nos permitiram estabelecer uma primeira aproximação com algumas das obras centrais de Marx e Engels, dentre elas: *Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, *A sagrada família*, *Teses sobre Feuerbach*, *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia*, o *Manifesto Comunista*, os *Grundrisse* e *O Capital*. No que se refere à tradição marxista, recorreremos aos autores fundamentais no debate da nossa temática, dos quais destacamos: Michel Lowy; Itsván Mészáros; José Paulo Netto; Adolfo Sánchez Vázquez, Mauro Luis Iasi, Roman Rosdolksy entre outros. Para Marx, o processo de trabalho, no modo de produção capitalista, sofre uma “inversão” em que a relação entre o sujeito e objeto *aparece* “de cabeça para baixo”, como domínio do objeto sobre o sujeito. A esse processo, Marx denominou de *alienação*. Com a universalização da produção mercantil e o desenvolvimento das relações de troca, o produto do trabalho humano, ao assumir a forma mercadoria, adquire uma aparência autônoma, independente das relações materiais das quais ela resulta. O *fetichismo* da mercadoria, por meio do valor de troca – e o dinheiro é a última expressão deste – encobre aquilo que confere valor às mercadorias: o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. O que os trabalhadores realizam é a

¹ Mestra em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: jessicadubocss@gmail.com



equalização de trabalho humano dispendido. Mas, de acordo com Marx (2013, p. 149): “*Eles não sabem disso, mas o fazem*”. Esse processo, reflete na *consciência* dos indivíduos como o próprio movimento das coisas. Em nossa pesquisa, concluímos que, para Marx, a superação da alienação e do caráter fetichizado que assumem as relações sociais no modo de produção capitalista só se efetiva por um movimento prático, por uma revolução que dê origem à uma nova forma de produzir a vida social. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013



CLASSE, PARTIDO E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA NO MANIFESTO DE MARX E ENGELS

Leandro Cabral de ALMEIDA¹

Palavras-chave: Partido Político. Classe. Práxis. Marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A obra teórica de Marx

Resumo

No percurso histórico da classe operária foram criadas diversas organizações que acolheram e deram impulso aos anseios dos trabalhadores. Associações, cooperativas, sociedades de mútua ajuda, *trade unions*, sindicatos e ações como greves, protestos e motins agregaram operários, artesãos, trabalhadores urbanos, camponeses em torno de questões que os levaram a descortinar a percepção das contradições e antagonismos inerentes ao mundo do trabalho produzidos pelo modo de produção capitalista. Ao engendrem formas de lutas pela mobilização e organização dos trabalhadores puderam dar conta de conflitos que se tornavam cada vez mais complexos naquele contexto de modernização capitalista de meados do século XIX. O desenvolvimento industrial dava o tom das transformações da estrutura produtiva que se operavam na Europa dessa época, aprofundando severamente a exploração de classe e as contradições intrínsecas a reprodução do capital. A constituição dos partidos políticos representava a possibilidade de *agir* pela classe trabalhadora e para a classe trabalhadora de forma orientada, expressando os interesses comuns e com capacidade para direcionar as ações das classes num cenário de acirradas lutas políticas. O objetivo do presente trabalho é analisar a concepção de partido em Marx e Engels na forma como delimitam no *Manifesto* de 1848. Portanto é fundamental ressaltar a análise acerca da constituição do proletariado enquanto sujeito de uma *práxis* revolucionária, o que coloca em destaque a necessidade de fundamentar a organização política do proletariado, ou seja, de um partido revolucionário que se orienta por uma teoria da revolução. Ou seja, destacamos a forma como é apresentada uma teoria da revolução em conjunto com uma teoria da organização revolucionária, expressando o trânsito da teoria à prática tão caro ao pensamento marxista. Nessa sistematização teórica-política do tipo de organização do proletariado o partido é avaliado como o mais amplo instrumento de ação política, capaz de constituir a subjetividade dos trabalhadores e encaminhar as suas lutas. Na medida em que trazem a lume o caráter político das lutas de classes, demonstramos como Marx

¹ Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Professor de História e Sociologia na SEEDUC-RJ. (email: leandrocabral@id.uff.br).



e Engels justificam a organização do proletariado em classe e em partido político. No entanto, se os conceitos de classe e de partido admitem alguma reciprocidade é na ideia de práxis revolucionária, enquanto um saber que se desenvolve e se realiza no processo de transformações operadas pelas lutas de classes, que encontramos a via pela qual a classe se torna partido.



A CRÍTICA MARXISTA AO DIREITO: DE MARX À PACHUKANIS

RODRIGUES, Willian Gustavo¹
BALBINO, Giovane Silva²

Palavras-chave: Marx. Pachukanis. Direito. Mercadoria.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo central de estabelecer um diálogo crítico sobre o conceito de Direito em Marx e Pachukanis, bem como introduzir a compreensão de ambos no atual contexto histórico pós golpe jurídico parlamentar de 2016. Partimos no referencial teórico, onde segundo (MARX, 2017) as questões envolvendo o direito da propriedade privada sendo analisado frente aos direitos dos pobres em relação ao “furto” da madeira, sua crítica se refere a propriedade privada como direito como instrumento jurídico da classe dominante. Ademais devemos compreender que a medida em que a mercadoria se torna portadora de valor, seu portador se torna sujeito abstrato de direitos (PACHUKANIS, 2017). Dessa forma a equivalência que possibilita a troca de todos com todos, que o capitalismo enseja, só se dá através da forma da subjetividade jurídica, fazendo com que o direito seja essencialmente burguês. Nossa investigação à luz do direito parte da análise da Escola Positivista do Direito, com fundamento teórico na obra kenelsiana em especial “Teoria Pura do Direito” (KELSEN, 1991), partindo da premissa que a análise do direito de forma positiva desconsidera o debate interpretativo e histórico os considerando somente quando a própria norma permitir, buscando afastar o conteúdo ideológico da aplicação do direito, mas isso é realmente possível? Qual é a relação que o direito e a propriedade privada têm nesse diâmetro? Pode ser determinado que o direito nessas circunstâncias sofre um processo de alienação e um fetichismo da mercadoria? Diante dessas indagações levantadas concluímos que essa pesquisa tem sua relevância para entender o direito na sociedade capitalista e sua inserção como propriedade privada.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

¹ Advogado, Pós-Graduando em Direito Público pela Damásio Educacional. E-mail: willian.gustavo@yahoo.com.br

² Graduado em História e Especialista em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, em Pouso Alegre/MG; Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista CNPq. E-mail: giovanesilvabalbino15@yahoo.com



MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e Forma política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes], 2ª Ed. revista - São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PACHUKAIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Epistemologia, metodologia e marxismo

Gabriela GONÇALVES DE SOUZA RABELO¹

Palavras-chave: epistemologia. metodologia. marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 1 – A Obra Teórica de Marx

Resumo: Uma consulta a um bom dicionário de língua portuguesa já indica que há uma diferença entre os termos epistemologia e metodologia, que podemos resumir da seguinte maneira: enquanto a primeira pode ser entendida como o próprio modo de produção do conhecimento; a segunda, subordinada a primeira, seria um conjunto de procedimentos específicos (métodos) apropriados ao processo de produção do conhecimento. Porém, como explicar o fato assinalado por um dos principais dicionários marxistas do mundo, ainda não terminado – o *Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo*, coordenado por Wolfgang Fritz Haug -, no verbete dedicado ao termo epistemologia de que a epistemologia marxista seria uma área “muito pouco desenvolvida” ainda nesse início de século XXI (Suchting;s/dt,pp.1-13). Essa questão tão complexa que tem sido objeto de muita discussão no interior do marxismo. Por exemplo, teria Marx formulado um método próprio como defende José Paulo Netto (2011); ou conforme a pergunta formulada por Helmut Reichelt: Marx teria ocultado o seu próprio método? (2011:pp.67-82). Nosso propósito é indicar os elementos sobre essa discussão presentes no debate marxista francês entre as décadas de 60 e 80, envolvendo autores como Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; Louis Althusser; Alan Badiou (1979) e também Dominique Lecourt (1980) – praticamente desconhecido no Brasil, e cuja obra inicial seria o nosso referencial teórico. A obra *A profissão de sociólogo*, de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) está longe de ser apenas um trabalho voltado para a sociologia, apesar de seu título. Logo na sua “Introdução”, reencontramos a discussão sobre a diferença entre epistemologia e metodologia. E apoiando-se na obra de Gaston Bachelard, os autores reiteram ao longo do trabalho a diferença entre epistemologia e metodologia, fornecendo inúmeras passagens sobre o seu conteúdo, função e dinâmica. O que leva o leitor a entender porque a epistemologia tem primazia sobre a metodologia. Primazia essa que faria com que a primeira orientaria a própria escolha dos métodos de pesquisa. Se isto está correto, um pressuposto necessário para o desenvolvimento de uma possível epistemologia marxista seria exatamente o de discutir a formulação conceitual dos dois termos em foco: o que é epistemologia – no limite, uma megaciência; a ciência das ciências? O que é metodologia – igualmente no limite, a mera escolha dos meios de pesquisa? Isso para se evitar, desde o início, uma indistinção terminológica que exerceria o papel de um verdadeiro obstáculo epistemológico para uma teoria marxista do conhecimento. Isso não quer dizer que Bourdieu e colegas tentem oferecer uma teoria do conhecimento pronta e acabada. Pelo contrário, o que eles propõem é uma “ciência em vias de se fazer” (1999:19). Ou seja, eles postulam um processo de produção do conhecimento sempre aberto e interminável, no qual o ponto de partida seria a ruptura epistemológica contra o senso comum (ou a “ilusão do saber imediato”). Além disso, essa “ciência em vias de se fazer” seria orientada pela observação constante de dois princípios: 1) o da ruptura epistemológica; e, 2) o de obstáculo epistemológico. Entendido esse segundo como um fenômeno que preenche a ruptura entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, além de restabelecer a continuidade ameaçada pelo progresso do conhecimento científico. Ademais, o obstáculo pode aparecer no momento da constituição do conhecimento sob forma de resistência do pensamento ao pensamento.

¹ Discente do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia no ICSA/Unifal-MG. Email: s.gabiv@hotmail.com

Bibliografia

Althusser, Louis *et* Badiou, Alain (1979). *Materialismo histórico e materialismo dialético*. São Paulo, Global Editora.

Bourdieu, Pierre *et ali* (1991). *A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Editora Vozes.

Lecourt, Dominique (1980). *Para uma crítica da epistemologia*. Lisboa, Editora Assírioalvim.

Netto, José Paulo (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 1ª. Ed.

Reichelt, Helmut (2011). “Que método Marx ocultou?”, *in Crítica Marxista*, n.33. São Paulo, Fundação Editora Unesp.

Suchting, Wal (s/dt). “Epistemologia” *in Dicionário Histórico Crítico del Marxismo*, Wolfgang Fritz Haug (Org.) , acessado em 10.10.2018 em http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/DHCM_Epistemologia.pdf

http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/DHCM_Epistemologia.pdf



A SAÚDE DO TRABALHADOR NO ÂMBITO RURAL DE LAVRAS/MG E REGIÃO: considerações a partir da Economia Política do capitalismo dependente

Tássia de Castro MUQUEM¹

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Superexploração da força de trabalho. Capitalismo dependente. Previdência Social.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

A pesquisa em questão tem como objeto a Saúde do Trabalhador em Lavras/MG e região. O estudo sobre essa área foi realizado a partir da análise dos determinantes que engendraram o afastamento laborativo dos trabalhadores rurais (empregados) que receberam benefícios por incapacidade no período de 2012 a 2015 pela Agência de Previdência Social de Lavras/MG. Tal avaliação partiu da perspectiva da Economia Política do capitalismo dependente, sendo que a pesquisa do adoecimento laborativo se caracteriza, neste trabalho, para além das condições e organização do trabalho em si, para ser avaliada a partir da configuração específica que as relações de trabalho possuem no capitalismo brasileiro, no contexto da análise do capitalismo latino americano *sui generis*, identificado por Ruy Mauro Marini. A categoria da superexploração da força de trabalho (SeFT) norteou as análises em Saúde do Trabalhador (ST) na área rural. Para a realização de todo este percurso, foi necessário aprofundar o conhecimento a respeito da área ST, sua conceituação e diferenças teórico-práticas e políticas, bem como o conhecimento a respeito da Teoria Marxista da Dependência, visando a compreensão da categoria SeFT. Assim, a análise da ST no âmbito rural apresentou dados que levaram a identificar a limitação desta área enquanto política pública, sobretudo no âmbito rural, local em que o trabalho informal é a regra e as relações de trabalho ainda se encontram, fora dos parâmetros mínimos de regulamentação do trabalho. A SeFT pôde ser constatada na realidade estudada, haja vista a existência do prolongamento da força de trabalho atrelada à intensidade e pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor. A situação socioeconômica do trabalhador rural no local estudado não deixa dúvidas de que a SeFT atua atrelada à informalidade do trabalho e agrava ainda mais a situação do trabalhador rural, constatando-se a expropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capital. O adoecimento do trabalho por condições difíceis e precárias do exercício do mesmo, embora por vezes não reconhecido pelas políticas sociais, refletem o consumo de vida útil do trabalhador pelo capital, debilitando-lhes a vida e a saúde, concretizados no

¹ Assistente Social/Analista do Seguro Social do INSS/APS Lavras. Mestre em Serviço Social pela UFJF. E-mail: tassiacm@gmail.com



adoecimento e afastamento do trabalho. Ausência de políticas voltadas à ST no campo, o uso intensivo e prejudicial dos agrotóxicos, a falta de acesso e/ou dificuldade de acesso às políticas públicas em geral, inexistência de movimento sindical dos trabalhadores rurais na região também foram constatados. Discussões: as relações de trabalho na área rural da região ainda não se apresentam completamente subsumidas ao capital, demonstrando uma verdadeira heterogeneidade [estrutural?] no campo, que também pode ter sido funcional à acumulação de capital no país; o avanço do agronegócio e a possibilidade contraditória de subsunção formal do trabalho no campo ao capital; contratendências de agudização da SeFT, não constatada na realidade estudada.



A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO: A CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO DE 1968 À REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL

Gabriela Siqueira Lage¹

Caroline Aparecida Fazio²

Ana Carolina Souza Santos Ricco³

Rafaela Almeida Florenzano⁴

Francisco Foot Hardman⁵

Palavras-chave: A Classe Operária Vai ao Paraíso. Movimento Operário. Luta sindical. 1968.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Dirigido por Elio Petri, o filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso* (1971), através da história de Lulu Massa, propõe uma reflexão a respeito da realidade do trabalhador e das lutas sindicais na Itália a partir do fim da década de 60. Ao sofrer um acidente durante o trabalho, o protagonista, que até então era considerado um funcionário modelo pelos patrões por sua postura eficiente e descompromissada com as reivindicações dos colegas, é forçado a repensar sua posição, envolvendo-se em uma greve em busca de melhores salários e menos trabalho, que acaba por lhe trazer graves consequências. Em relação ao contexto histórico em que o filme é realizado, é necessário pensar o cenário pós II Guerra Mundial, quando torna-se muito atuante na Itália o cinema Neo-realista, de forte cunho político, ambientado em grande parte nas cidades e que buscava representações próximas do real. Essa tradição, posteriormente, irá trazer grandes influências para o cinema político italiano dos anos 60-70, do qual a obra analisada faz parte, que se apropria de aspectos da linguagem neo-realista para a construção de um

¹ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: gabriela.lage95@gmail.com

² Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: carolfazio13@gmail.com

³ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: acarolricco@gmail.com

⁴ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: rafaflorenzanoz@gmail.com

⁵ Professor titular no IEL/UNICAMP e doutor em Filosofia pela USP. Email: foot@iel.unicamp.br



cinema engajado nas causas dos trabalhadores.⁶ Considerando a obra como parte desse movimento artístico e momento histórico, que dialoga com um conjunto de movimentos sociais de impacto internacional que se iniciam em torno de maio de 1968 na França, bem como o grande levante de movimentos operários na Itália no mesmo período, culminando no chamado *autunno caldo* (“outono quente”) em 1969⁷, pode-se estabelecer uma relação entre este cenário político no qual a Europa se insere e os movimentos sociais que floresciam no Brasil simultaneamente, se estendendo pelas décadas seguintes no contexto da ditadura e, posteriormente, da reconquista dos direitos. Desta forma, este trabalho pretende propor uma análise do filme de Elio Petri como reflexo de um período de reformulação e levante do movimento operário, do movimento estudantil e das forças sindicais, mas também como um reconhecimento da fragilidade das conquistas obtidas, traçando um paralelo entre o tom de denúncia apresentado no filme e a realidade atual, de forma a buscar uma compreensão sobre a maneira como as relações de classe, trabalho e sua precarização se deram, desde o marco que os anos em torno de 1968 constituíram no mundo todo, até a atualidade, com a reforma trabalhista no Brasil e o agravamento das más condições de trabalho e perda de direitos. Pretende-se, portanto, demonstrar os desdobramentos de uma luta sindical que, conforme evidenciado na obra analisada, é pautada por interesses burgueses e cujas conquistas servem aos propósitos do liberalismo⁸, o que possui efeito direto na crescente precarização do trabalho.

⁶ QUINSANI, R. H. ; MACEDO, José Rivair . O cinema político italiano e os transgressores anos 60: uma relação histórica, política e necessária.. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org.). 68: História e Cinema.. 1ed.Porto Alegre: EST, 2008, v. 1, p. 151-165.

⁷ FABRIS, Mariarosaria. A classe operária não alcançou o paraíso. 2006.

⁸ Marx, Karl. Salário, preço e lucro. 1985.



A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ELEMENTOS DA TEORIA DE MARX

Diana CHAUKAT CHAIB¹

Palavras-chave: Teoria de Marx. Terceirização do trabalho. Precarização.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

A sociedade contemporânea presenciou fortes transformações no que tange o caminho pelo qual o trabalho percorreu. Nesse sentido, a terceirização do trabalho é um processo novo pelo qual uma instituição contrata outra empresa para prestar determinado serviço. Estudos como o de Martins (2012) denotam que esse processo vulnerabiliza o trabalhador, sobretudo devido à fragilidade do vínculo entre este e a instituição. Ante isso, um dos aspectos que importam para análise desse fenômeno é entender alguns elementos presentes nessa nova forma de trabalho que remontam a alguns pontos estudados por Marx. O presente estudo tem como objetivo investigar o processo de terceirização do trabalho a partir de elementos da teoria de Marx, buscando assim promover uma reflexão acerca das consequências geradas. Para tanto, a pesquisa apresenta uma discussão sobre o trabalho como fomento às relações sociais e, posteriormente, a terceirização como uma nova forma de exploração existente. As formas de exploração ganham contornos diferentes de acordo com cada época. Nesse contexto, a terceirização pode ser considerada uma nova forma de exploração do trabalho que se origina da incessante acumulação de capital. Como resultado da análise verifica-se a precarização da mão de obra como um fator decorrente do próprio sistema capitalista. É válido lembrar que qualquer trabalhador está sujeito a situações vexatórias, violências ou acidentes. Todavia, os terceirizados estão mais expostos a estes problemas, fato que se deve às condições de trabalho as quais estes estão sujeitos.

¹ Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. UNIFAL - MG



OS MOVIMENTOS SINDICAIS E A LUTA DO TRABALHADOR DE 1968 À ATUALIDADE: UMA ANÁLISE BASEADA EM 'A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO' DE ELIO PETRI

Gabriela Siqueira Lage¹

Caroline Aparecida Fazio²

Ana Carolina Souza Santos Ricco³

Rafaela Almeida Florenzano⁴

Francisco Foot Hardman⁵

Palavras-chave: A Classe Operária Vai ao Paraíso. Movimento Operário. Luta sindical. 1968.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Dirigido por Elio Petri, o filme *A Classe Operária Vai ao Paraíso* (1971)⁶, através da história de Lulu Massa, propõe uma reflexão a respeito da realidade do trabalhador e das lutas sindicais. Ao sofrer um acidente durante o trabalho, o protagonista, que até

¹ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: gabriela.lage95@gmail.com

² Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: carolfazio13@gmail.com

³ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: acarolricco@gmail.com

⁴ Aluna da graduação do IEL/UNICAMP. Email: rafaflorenzanoz@gmail.com

⁵ Professor titular no IEL/UNICAMP e doutor em Filosofia pela USP. Email: foot@iel.unicamp.br

⁶ *A CLASSE operária vai ao paraíso*. Direção de Elio Petri. Produção de Ugo Pirro. Itália, 1971.



então era considerado um funcionário modelo pelos patrões por sua postura eficiente e descompromissada com as reivindicações dos colegas, é forçado a repensar sua posição, envolvendo-se em uma greve que acaba por lhe trazer graves consequências. Dessa forma, o filme coloca a luta do trabalhador por direitos como uma busca por um paraíso inalcançável, num cenário em que os próprios mecanismos que deveriam servir ao movimento trabalhista, como os sindicatos ou a participação de organizações estudantis, operam dentro da lógica do sistema capitalista. Em relação ao contexto histórico em que o filme é realizado, é necessário pensar o cenário do cinema Neo-realista, de forte cunho político, que posteriormente irá trazer grandes influências para o cinema italiano dos anos 60-70, do qual a obra analisada faz parte, e que se apropria de aspectos da linguagem neo-realista para a construção de um cinema engajado na causa trabalhadora⁷. Apesar de tratar-se de uma tradição que surge na Itália⁸, pode-se estabelecer uma relação entre este cenário político retratado na obra e os movimentos sociais que se deram no Brasil em relação aos direitos trabalhistas dentro do capitalismo e da crescente industrialização. Desde o surgimento dos sindicatos até a extinção da obrigatoriedade de contribuição sindical com a Reforma Trabalhista nos dias atuais, a luta do trabalhador no país enfrenta uma série de obstáculos comuns a qualquer sociedade inserida no capitalismo globalizado: a dificuldade em trabalhar visando a abolição desse sistema e a emancipação do trabalhador, em vez de operar como uma resistência aos efeitos da exploração do capital, dentro da própria lógica burguesa. Desta forma, considerando as questões trazidas pelo filme como comuns ao trabalhador assalariado no capitalismo e não exclusivas do contexto italiano, bem como o crescente retrocesso observado no Brasil, este trabalho propõe uma análise do filme de Petri como reflexo de um período de reformulação e levante do movimento operário e das forças sindicais, e também como um reconhecimento da fragilidade das conquistas obtidas. Portanto, será traçado um paralelo entre o tom de denúncia apresentado no filme e a realidade atual, de forma a buscar uma compreensão sobre a maneira como as relações de classe, trabalho e sua precarização se deram ao longo dos anos, principalmente no cenário brasileiro, com o agravamento das más condições de trabalho e perda de direitos. Por conseguinte, serão demonstrados os desdobramentos de uma luta sindical que, conforme observado na obra analisada, é pautada por interesses burgueses e cujas conquistas servem aos propósitos do neoliberalismo⁹, o que possui efeito direto na crescente precarização do trabalho.

⁷ QUINSANI, R. H. ; MACEDO, José Rivair . O cinema político italiano e os transgressores anos 60: uma relação histórica, política e necessária.. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org.). 68: História e Cinema.. 1ed.Porto Alegre: EST, 2008, v. 1, p. 151-165.

⁸ FABRIS, Mariarosaria. A classe operária não alcançou o paraíso. 2006.

⁹ Marx, Karl. Salário, preço e lucro. 1985.



INFORMALIDADE NO CENTRO DE MARIANA: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

CASSIMIRO, Cleidiane Rosa¹

Palavras-chave: Trabalho, Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva, Trabalho Informal

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Este trabalho analisa o trabalho informal como um fenômeno do modo de produção capitalista em sua fase madura. Para elaborar esta pesquisa um longo percurso foi traçado, partimos do trabalho como categoria fundante do ser social sob e luz da teoria social Marxista. Nesta perspectiva, o trabalho é a objetivação primária do homem; a partir do trabalho o homem se desenvolve e recria o mundo em sua volta. A fim de embasar esta análise foram utilizados, além do próprio Marx, autores marxistas como: José Paulo Netto, Marcelo Braz e Sérgio Lessa. A premissa é que a informalidade está intrinsecamente ligada ao capitalismo contemporâneo, fruto das mutações deste modo de produção. Desse modo a adoção do neoliberalismo nos anos 1990 e a reestruturação produtiva são a chave de análise para compreender a informalidade. Tal temática nos aproxima das perspectivas de David Harvey, Laura Tavares Soares, Maria Augusta Tavares e Ricardo Antunes. Esta pesquisa divide em três momentos, primeiro trataremos do trabalho como parte fundamental para o desenvolvimento do ser social e também da sociedade como um todo, nota-se que ao longo da trajetória humana o trabalho deixa de ser uma ação transformadora que seria o trabalho no seu sentido ontológico, segundo Marx. Em um segundo momento trataremos de algumas transformações do modo de produção capitalista abarcando a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho que trouxeram significativas mudanças para o mundo do trabalho. Por exemplo, redução drástica dos postos de trabalho, ficando ainda mais evidente a desumanização do capital, agudizando a contradição capital x trabalho – quadro agravado a partir da interferência do ideário neoliberal. Por fim, em um terceiro momento analisaremos o trabalho informal a partir da realidade dos ambulantes da região central da cidade de Mariana (MG), a cidade possui um número significativo de empresas, mas parte da população local não consegue se inserir no mercado formal de trabalho. Percebe-se, desse modo, que a informalidade é uma estratégia de

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Email: cleidianecassimiro@gmail.com



sobrevivência. Para a execução deste trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação de um questionário. Trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa. A partir desta análise objetiva-se uma maior compreensão do trabalho dentro da lógica capitalista e ainda, perceber como as transformações na estrutura deste sistema reflete de forma significativa na vida do trabalhador, peça fundamental nesta engrenagem.



AS OFICINAS DO “PROGRESSO”: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ESCOLA PROFISSIONAL E NA ESCOLA DOMÉSTICA EM POUSO ALEGRE – MG

BALBINO, Giovane Silva¹

Palavras-chave: Trabalho. Divisão Sexual. Capitalismo.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

A presente pesquisa, tem como objetivo compreender as relações sociais em que as oficinas da Escola Profissional Delfim Moreira e da Escola Doméstica Sta. Terezinha, na cidade de Pouso Alegre – MG, teriam com o processo de industrialização e com a divisão social/sexual do trabalho na Primeira República (1889 – 1930) e na Era Vargas (1930 – 1945). A Escola Profissional Delfim Moreira, fundada em 1917, destinado aos meninos pobres e órfãos da cidade e a Escola Doméstica Santa Terezinha, fundada em 1929, destinadas as meninas pobres. A nossa pesquisa contará com auxílio de fontes históricas como fotografias, materiais produzidos pela imprensa local e com os discursos produzidos por parte dos memorialistas da cidade, que possibilitará compreender as relações sociais envolvidas. Partimos dentro do referencial teórico de Marx (2013) no qual a relação envolvendo a divisão social do trabalho constitui a base de toda produção de mercadorias. Diante desses aspectos correspondentes ao desenvolvimento do modo de produção, que possibilita as significativas mudanças nas relações sociais estabelecidas, busca-se verificar a influência das mudanças organizacionais da divisão social e da divisão sexual do trabalho no estabelecimento de novos padrões sociais. Seguindo as concepções em relação a divisão sexual do trabalho, Cisne (2015) o trabalho busca ainda compreender o sentido da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e ter em mente que esse mecanismo é uma das formas centrais de exploração do capital em relação ao trabalho. Para Kergoat (2009) a divisão sexual do trabalho é decorrente das formas em que a divisão social do trabalho é imposta em as novas relações sociais entre os sexos, porém são formas desenvolvidas em cada momento histórico e são adaptadas a cada sociedade. Diante dessas “novas” relações sociais provocada pela divisão sexual do trabalho que estão presentes no interior de cada sociedade em seu contexto histórico, surgem questões/discussões necessárias a serem levantadas, ou seja, qual seria a “importância” dessa divisão naquele contexto histórico da industrialização brasileira? Que tipo de relações se

¹ Graduado em História e Especialista em História, Educação e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, em Pouso Alegre/MG; Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista CNPq. E-mail: giovanesilvabalbino15@yahoo.com



impõem ao estabelecimento da disciplina? E o papel da Igreja Católica nesses princípios? É diante dessa relação envolvendo os princípios da divisão sexual do trabalho, que pretendemos abordar no desenvolvimento desta pesquisa.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013.



Contribuições do Modelo Operário Italiano (MOI) para a luta dos trabalhadores

Marcela MENDES SALES¹

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo. Movimento Operário. Modelo Operário Italiano.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

Desde o surgimento do capital os trabalhadores lutam incessantemente por melhores condições de vida e trabalho. E por se tratar de uma sociedade em que o trabalho é desumano, degradante etc., é que as lutas tomaram fôlego em busca de melhores condições de vida e trabalho. Serão os sindicatos que levarão adiante esta luta, ao trazerem para o centro dos combates questões como a redução da jornada de trabalho, melhorias das condições de higiene e segurança dentro das fábricas. Já fora do ambiente de trabalho a luta se travava por melhores condições de moradia, saúde, etc. Na Itália, na segunda metade do século XX, período em que o país se reerguia da derrota sofrida, houve um crescimento do número de trabalhadores nas indústrias de aproximadamente 2,4 milhões. Este aumento se deu através da migração de trabalhadores das atividades agrícolas e do sul empobrecido. Há então uma concentração do trabalho nos grandes centros fabris do norte do país nos anos de 1950 e 1960, período em que se disseminou o modelo Fordista/Taylorista de organização da produção. O número de acidentes de trabalho era alarmante. A experiência italiana no pós-segunda guerra mundial se tornou referência ao introduzir na luta dos trabalhadores a problemática da saúde e adoecimento. Este processo ficou conhecido como Modelo Operário Italiano - MOI, que uniu médicos, técnicos, trabalhadores e sindicatos no enfrentamento às condições de trabalho impostas pelas fábricas. A classe trabalhadora italiana retoma suas mobilizações que foram interrompidas durante o período fascista. Estas lutas tiveram como característica central a mobilização no interior das fábricas. A origem do MOI se dá a partir do trabalho conjunto de operários e profissionais da saúde reunidos em torno do Centro de Luta Contra a Nocividade do Trabalho coordenado por Ivar Oddone, que possuía como eixo um método de conhecimento voltado para a ação. O MOI é de suma importância para os estudos da saúde dos trabalhadores, pois se ergue sobre este modelo a possibilidade de limitar e combater as atrocidades da organização do trabalho no capitalismo. Desta forma, pretende-se apresentar os estudos

¹ Mestranda em Serviço Social pela UFJF. Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Graduada em Serviço Social pela PUC-MG. Email: marcelamsales@gmail.com



bibliográficos realizados ao longo do mestrado em Serviço Social na UFJF sobre a saúde dos trabalhadores e a experiência do Modelo Operário Italiano, a partir da contribuição de autores como Giovanni Berlinger, Ivar Oddone e Asa Laurell com seus estudos sobre os determinantes sociais da doença.



Luta dos trabalhadores no fordismo e seu legado no toyotismo

Marco Túlio de Melo VIEIRA¹

Palavras-chave: Classe trabalhadora. Fordismo. Toyotismo. Itália. Luta de Classes

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Partindo de um estudo crítico sobre os modelos de produção capitalistas existentes no século XX e XXI, principalmente nos países dominantes, o fordismo e toyotismo, o presente estudo busca analisar as diferentes formas de luta empregadas pela classe trabalhadora. Focando nos eventos do outono quente italiano, mas abrangendo também outras experiências de enfrentamento ao capital, buscamos apontamentos para compreender como as movimentações do final do período fordista contribuíram não somente para o seu declínio, mas que fatores levaram a derrota dos trabalhadores e como suas demandas foram incorporadas, levando ao surgimento de um novo modelo de exploração no interior e fora das fábricas. No interior do toyotismo, modelo sucedâneo ao fordismo, um novo tipo de trabalhador é formatado pelas exigências do capital, mas novas contradições impulsionam os trabalhadores a novos conflitos. Quais seriam, portanto, as contribuições possíveis das lutas passadas pelo controle social da produção para o novo momento da acumulação capitalista? É o que pretendemos trazer a tona, visando aprofundar o debate sobre a atuação da classe trabalhadora na atualidade e as possibilidades de um novo ciclo de lutas. Entretanto, de que nos interessa uma análise das estratégias capitalistas do início do século XX quando nos deparamos, no início do século XX, com formas totalmente diferentes de controle e organização da produção? Não seria mais proveitoso partirmos de um estudo das técnicas toyotistas e das novas modalidades flexíveis e desregulamentadas de produção, em um capitalismo cada vez mais exploratório e interligado? Buscamos responder a este questionamento da seguinte forma: todas estas novas modalidades de produção surgiram como uma resposta as problemáticas próprias do modelo fordista, que se manteve, pelo menos nos países capitalistas dominantes, como modelo de produção desde o fim da segunda Guerra Mundial até os anos de 1970. No seu interior, contradições foram sendo gestadas que levaram a luta de classes a um novo patamar, irrompendo em explosivas mobilizações da classe trabalhadora. Importantes exemplos da radicalidade destas lutas foi o chamado outono quente italiano. Do mesmo modo, irromperam as traumáticas crises da década de 1970, avassaladoras do ponto de vista do capital. São sobre estes eventos que pretendemos voltar nosso olhar, buscando ali as formas como as classes em

¹Graduado em Ciências Econômicas pela UFMG. Email: marcotulio.mv@gmail.com



luta superaram os impasses surgidos durante a era de ouro do capitalismo. Somente a partir destes fundamentos acreditamos ser possível entender as mudanças promovidas pelo capital com a reestruturação produtiva e suas consequências na classe trabalhadora. Importa-nos também resgatar a história dos combates travados neste período pela classe trabalhadora, que contestaram a própria forma de organização da produção e almejavam o seu controle social.



Análise da Superexploração da Força de Trabalho no Governo Temer: os Retrocessos nos Direitos Sociais e a Precarização das Políticas Sociais

Giselle FLORENTINO¹
Guilherme PISNO²

Palavras-chave: Superexploração; Ajuste Fiscal; Direitos Sociais.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

O presente artigo tem por objeto de análise o capitalismo dependente brasileiro, entendendo que sua marca principal é a superexploração da força de trabalho, advinda da dinâmica do intercâmbio desigual entre nações que resulta em estruturas que não são capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor centro-periferia. O Brasil, contemporaneamente, caracteriza-se como uma plataforma de valorização financeira internacional, em grande medida como resultado do processo de abertura externa (comercial e financeira) desregulamentada, arquitetado sob a égide do projeto neoliberal hegemônico que avança no processo de retirada de direitos sociais históricos da classe trabalhadora através da implementação de um ajuste fiscal viabilizado pela consolidação da Ementa Constitucional 95 e a Reforma Trabalhista elaborada pelo presidente Michel Temer. Entende-se que esses elementos, em conjunto, acentuam a superexploração da força de trabalho e são determinantes para as possibilidades futuras de construção de projetos sociais emancipatórios. Nesse sentido, o artigo avança para a análise dos movimentos históricos, demonstrando os impactos daqueles elementos (estruturais e conjunturais) elencados acima sobre a superexploração da força de trabalho, direitos trabalhistas, precarização de políticas sociais e direitos básicos (educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, cultura, saneamento m, habitação, transporte, previdência social, etc). Em síntese, e nas considerações finais, o trabalho faz um apanhado acerca do receituário neoliberal, das reformas estruturais que o correspondem e da EC 95 o que, em conjunto, corroboram para dar prosseguimento a acumulação de capital na atual fase de financeirização das relações de produção e relações sociais da classe trabalhadora no capitalismo brasileiro contemporâneo.

¹ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: florentino.giselle@gmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: guilhermecpisno@gmail.com



ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DO BEM-ESTAR SOCIAL NA ERA PT

Anderson Martins SILVA¹
Ednéia Alves OLIVEIRA²

Palavras-chave: Novo Desenvolvimentismo. Estado de bem-estar social. Política Social. Partido dos Trabalhadores.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho.

Resumo

A caracterização dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no período 2003-2014, no que tange a relação entre capital e trabalho é alvo de grande polêmica. Acumula-se uma literatura que varia daqueles que defendem que a administração petista foi uma espécie de superação da lógica neoliberal acompanhada do coroamento e efetivação do programa democrático popular ensaiado pelo PT e movimentos sociais na década de 1980, até as visões mais críticas que colocam em evidência em suas análises o caráter de continuidade neoliberal entre os governos da década de 1990 e os governos do PT. Como exemplo dos primeiros, podemos apontar Márcio Pochmann, Aloisio Mercadante e André Singer. Dentre os segundos, encontram-se Reinaldo Gonçalves, Luís Filgueiras, Elaine Bering e Ednéia Alves Oliveira. É consensual entre os economistas a compreensão de que o desempenho da economia Brasileira ao longo dos governos Lula, no geral, foi melhor do que o de FHC, principalmente quando se considera o segundo mandato. Tal fato aparece nas estatísticas macroeconômicas comumente utilizadas “variando apenas o grau de importância que lhe é atribuído, de acordo, quase sempre, com o posicionamento político de cada um: alinhado ou crítico (à direita ou à esquerda) do governo Lula”. Deste modo, quando em questão as causas e o significado da performance macroeconômica dos governos Lula “não há qualquer convergência no diagnóstico (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 35). Por um lado, os intelectuais alinhados ao governo Lula apontam como causa para os melhores resultados obtidos em relação aos governos FHC, a ruptura com a política econômica neoliberal, chegando a afirmar como o faz Mercadante o surgimento de um *novo desenvolvimentismo* a partir do segundo mandato (2006-2010) acompanhado da consolidação das bases do *Estado de bem-estar-social brasileiro*. Para o grupo de autores que se enquadram na perspectiva crítica à era PT, estabeleceu-se uma linha de continuidade entre os governos FHC e Lula que persistiu sob Dilma, expressa na manutenção e aprofundamento do Modelo Liberal Periférico instável e gerador de vulnerabilidade externa estrutural – consolidou-se um desenvolvimentismo às avessas. Até o presente estágio da nossa pesquisa, há indícios de que o país jamais viveu um estado de bem-estar social. A política social residual, focalizada, descontínua e fragmentada e

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: anderson.martins.silva@hotmail.com.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: oliveiraedneia21@yahoo.com.br.



com renda mínima para a subsistência de níveis de pobreza elevados são evidências desta análise. Por outro lado, o atendimento das demandas sociais da classe trabalhadora é marginal, pois, do ponto de vista estrutural o que se viu durante os governos do PT foi a “desregulamentação do mercado de trabalho” e a “flexibilização do trabalho – em suas diversas dimensões” (FILGUEIRAS et al, 2010, p. 41). FILGUEIRAS, L. Modelo Liberal Periférico e Bloco de Poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

REFLEXÕES SOBRE OS SENTIDOS DO TRABALHO DOCENTE NOS CURSOS DE DESIGN EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Daniele de Melo Silvano¹

Trabalho Docente. Cursos de Design. Educação e Trabalho.

GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Com base no referencial teórico discutido por Marx, sobretudo no primeiro volume de *O capital*, este artigo pretende analisar dialeticamente as relações de produção dos sentidos do trabalho docente no cursos de Design no Brasil, atividade projetual associada a concepção e adaptação de produtos às “necessidades dos usuários”. Essa área se mostra um campo do conhecimento ainda em formação, com a recente institucionalização dos primeiros cursos e no enquadramento do design como fator competitivo da indústria nacional. O design se mostra uma atividade que surgiu intrinsecamente ligada ao capital, onde seus produtos ao invés de desmistificarem as relações sociais, submetem-nas as mais sofisticadas formas de mascaramento das contradições, igualando as particularidades do trabalho humano pela via do fetichismo. Através da retomada do contexto histórico, busca-se desmistificar a visão educacional predominante na incipiente “pedagogia do design” centrada na perspectiva das competências e nas vertentes do “empreendedorismo”, evidente nos projetos em parceria com empresa e na ênfase em saberes práticos objetivamente verificáveis. A partir das categorias marxistas de *trabalho produtivo*, *trabalho imaterial* e *estranhamento*, pretende-se analisar como esse ideário se reproduz nas práticas de formação no design, identificando as contradições que perpassam o trabalho docente e de qual forma elas condicionam o fazer pedagógico. Direciona-se por um lado para a formação profissional do designer e, no outro, voltado para o entendimento da concepção pedagógica predominante nos currículos. Para compreender a inserção do design no setor industrial e de serviços, adotou-se como referência dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do diagnóstico oficial do setor elaborado em 2014. No atual estágio de mundialização do capital, a emergência de novas indústrias sinalizam a proliferação de mecanismos para exploração da força de trabalho assumindo a educação como um papel estratégico. Essa nova racionalidade integra a universidade à cadeia de valor e modifica a natureza da própria atividade docente convertendo-a em trabalho produtivo que deve atender aos interesses do regime de acumulação flexível do capital. Através da articulação das competências do professor “facilitador dos conteúdos”, simplifica-se o trabalho docente ao patamar de aprendiz que tem a “inovação” como imperativo para promover o contínuo aprendizado. Essa instrumentalização aliada ao surgimento de novas modalidades precárias de serviços visam reduzir gradualmente o emprego da força de trabalho, assim refletindo as estratégias de desarticulação da classe trabalhadora no capitalismo. Nesse sentido, pretende-se investigar o caráter transitório da docência nesse nível que surge como alternativa ao trabalho informal e aos altos índices de desemprego constados pelas estatísticas na área.

¹ Graduada em Design de Produto no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), mestranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: danielems.aha@gmail.com

A CONSCIÊNCIA DE CLASSE ENTRE OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS: ARCABOUÇOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Cássio Diniz¹

Palavras-chave: sindicalismo docente. História Social da Educação. Caxambu. Sind-UTE/MG

GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Com a ascensão do neoliberalismo ao final do século XX, o sindicalismo brasileiro se enfraqueceu, no que tange a sua força, adesão e conquistas. Contudo, a partir da crise econômica mundial iniciada em 2008, parte da classe trabalhadora no país voltou a reforçar suas organizações e potencializar suas mobilizações. Desde então observamos o aumento do número de greves em várias categorias, e nesse momento constatamos o ressurgimento de movimentos reivindicatórios dos trabalhadores em educação em vários estados brasileiros. Em Minas Gerais, a partir de 2009 os educadores da rede estadual se tornaram protagonistas dessas lutas, culminando na primeira greve de grande impacto a ocorrer nesse século no estado, a *Greve de 2010*. Foi nesse movimento – não apenas na capital e nas grandes cidades metropolitanas, mas, sobretudo nos pequenos municípios do interior – que os trabalhadores em educação se mobilizaram em defesa de suas reivindicações coletivas, ultrapassando a acomodação característica dos últimos anos. Diante disso esse trabalho se propõe, baseando-se nas contribuições teóricas do materialismo histórico-dialético, a iniciar as pesquisas sobre o universo dos trabalhadores em educação do interior de Minas Gerais, mais especificamente da região próxima à cidade de Caxambu, sul do estado, durante a *Greve de 2010* e o ressurgimento de sua organização sindical local. E buscaremos compreender se essa participação e organização são frutos de um desenvolvimento de uma consciência de classe entre esses trabalhadores mobilizados nesse período. Para isso, usaremos da metodologia de análise de periódicos sindicais, sobretudo o informativo sindical e artigos vinculados em seu blog regional, os quais já realizamos o levantamento, além de catalogá-los e analisá-los. Além disso, faremos uso de fontes orais, com entrevistas qualitativas realizadas com personagens que participaram e testemunharam o processo pesquisado.

¹ Doutor em Educação e graduado em História, professor efetivo da rede pública estadual de Minas Gerais e ex-docente da Universidade do Estado de Minas Gerais cassiodiniz@hotmail.com



QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: OS CAMINHOS ATUAIS

Vitória Régia Lopes dos SANTOS¹, Rafaela da Silva GOMES²

Palavras-chave: trabalho, QVT, qualidade

Grupo de Trabalho: GT 2 – Capitalismo, Produção, Relações de Classe e Trabalho

Resumo

Com as transformações econômicas que compõe a chamada “reestruturação produtiva”, em curso desde da década de 1965-1975, a qualidade de vida no trabalho (QVT) se torna um objeto de crescente interesse das organizações. Esse processo é marcado pela competição a nível global, novas tecnologias e incessante processo de inovação, interdependência dos mercados, aumento da terceirização de serviços, a redução do contingente tradicional dos trabalhadores na indústria, crescimento das relações informais e precárias de trabalho, terceirização da economia, desregulamentação dos mercados e reformas jurídicas das relações de trabalho. Assim, o peso das demandas da dinâmica econômica atual se faz sentir sobre as organizações e sobre os trabalhadores. As primeiras devem se manter sempre atualizadas, e buscam incansavelmente adquirir vantagens competitivas e aumentar a produtividade, para tanto, apostam no paradigma da flexibilização, que inclui o trabalho, a produção e a administração. Para Ferreira “os impactos da reestruturação produtiva têm levado os trabalhadores a trabalhar sistematicamente no limite de suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas” (FERREIRA; NASTRI, p. 62, 2013), ocasionado um aumento alarmante nos índices de adoecimento, absenteísmo e afastamento do trabalho. Nesse cenário a discussão sobre Qualidade de Vida no Trabalho é de extrema importância para prevenir o uso instrumental da QVT, como uma simples ferramenta de gestão de indicadores e aumento da produtividade. O interesse pelo tema é crescente e se justifica não só pela ótica das organizações, mas por dois outros aspectos igualmente significativos: do ponto de vista da sociedade a importância reside na função social do trabalho e suas implicações culturais, políticas e econômicas. De acordo com Marx, o trabalho constitui uma premissa incontestável para reprodução do mundo dos homens. Ele é modo pelo qual o ser humano pode transformar a natureza em um ambiente mais propício a sua sobrevivência. Sua importância é inegável nas relações sociais e de produção, sendo a base de organização de toda sociedade. Em sua essência é uma atividade livre e consciente, que possuindo um carácter pessoal e de auto realização, fundamenta o ser social, constituído uma parte significativa da identidade das pessoas (MARX, 1985). E do ponto de vista acadêmico o avanço da discussão é de alta relevância para a ampliação do arcabouço teórico das ciências do trabalho e da saúde, com o objetivo de problematizar para avançar a abordagem clássica da inter-relação indivíduo-trabalho (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir o movimento da QVT nas

¹ Discente, BICE- ICISA/Unifal-MG. Email: vitoria.regia83@yahoo.com.br

² Discente, BICE- ICISA/Unifal-MG. Email: rafadasilva43@yahoo.com.br



organizações que, como veremos, se caracteriza por um enfoque assistencialista de caráter instrumental, o que constitui o modelo hegemônico das práticas atuais. Procuramos conceituar e destacar suas principais características, no intuito de comparar esse modelo a abordagem contra-hegemônica, A Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho (EAA-QVT), que parte da ótica coletiva dos trabalhadores para entender e promover o bem-estar no trabalho. No Brasil, o interesse pela QVT se inicia na década de 1980, com as primeiras pesquisas conduzidas por Fernandes e Becker em 1988, que investigaram a qualidade de vida dos profissionais do setor de informática em Minas Gerais e Fernandes e Guitierrez ainda no mesmo ano, que desenvolveram um programa de QVT em uma empresa no Rio Grande do Sul. Para a construção de uma abordagem da QVT que seja eficiente e realmente destinada à promoção do bem-estar e transformação das situações de trabalho, é imprescindível a reflexão coletiva e o protagonismo dos trabalhadores em todo o processo. Nesse sentido surge uma abordagem alternativa ainda em construção – A Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho (EAA-QVT) – que parte da ótica coletiva dos trabalhadores para entender o significado de bem-estar no trabalho e como promovê-lo (FERREIRA, 2011). A linha metodológica que nos interessa na discussão sobre qualidade de vida, é a Ergonomia da Atividade (EAT). Essa corrente surge no século XX na França e na Bélgica, inicialmente ligada ao movimento operário que buscava transformar o contexto trabalhista e, por conseguinte, atender às reivindicações sindicais na expectativa de viabilizar melhorias nas condições de trabalho e assegurar a saúde dos trabalhadores. O trabalho se pauta em uma revisão não sistemática da literatura a respeito do tema e o principal ponto levantado é que a abordagem hegemônica se mostra insustentável e insuficiente a longo prazo e que se faz necessário pensar outros tipos de intervenção que tragam resultados sustentáveis e duradouros que de fato promovam modificações significativas no ambiente laboral e nas relações organizacionais.



1968-2018 - A PERFORMANCE FEMININA NA LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E CONTRA FORMAS AUTORITÁRIAS DE PODER

Marta Gouveia de Oliveira ROVAI¹

GT 3 – Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade

RESUMO:

Esta apresentação tem como objetivo contribuir com uma reflexão sobre as múltiplas participações femininas na luta pelos direitos humanos, em 1968 e 2018. Em 1968, as mulheres eram 18% da guerrilha armada, mas não atuaram apenas neste aspecto. A partir da chamada militância pela paixão (Beatriz Sarlo) ou performance de gênero (Elisabeth Jelin), elas foram capazes de se reinventar e atuar em espaços privados (suas famílias) e públicos, dominados pelos homens, como nas delegacias, prisões, nas ruas, nas igrejas, demonstrando que as categorias binárias e absolutas de gênero não existem. Elas usaram de atribuições sociais, como a maternidade e o corpo sexualizado para tirar vantagens sobre os homens perpetradores. O feminismo brasileiro nasceu dessa luta política contra a ditadura, mas ganhou outras singularidades, a partir do retorno de mulheres exiladas que passaram a reivindicar questões relacionadas ao corpo, à sexualidade, ao prazer, ao aborto e aos direitos de igualdade com os homens. Em 2018, assistimos ao movimento #EleNao, que, de forma imprevisível, mostra novamente a capacidade dos múltiplos femininos se organizarem e recriarem formas de luta movidas não apenas pelas instituições políticas tradicionais, mas pela criatividade, por ações cotidianas e pela reivindicação de novas demandas que aliam direitos humanos e subjetividades. É sobre esta reflexão, que pretende abordar estas trajetórias de recriação política feminina que a apresentação deverá tratar.

Palavras-chave: Feminismo; Direitos Humanos; autoritarism

¹ Professora adjunta do ICHL/Unifal-MG



O LEGADO ESTÉTICO DE HERBERT MARCUSE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO POTENCIAL POLÍTICO DO *BLUES* FEMININO EM ANGELA DAVIS

Renata GONÇALVES¹

Palavras-chave: Arte; Política; Feminismo; Sexualidade.

Grupo de Trabalho: GT 3 – Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o estudo sobre o *blues* feminino, da era clássica, que atravessou a década de 1920, realizado por Angela Davis, em *Blues Legacies and Black Feminism* (1998), a partir das ideias estéticas de Herbert Marcuse sobre o potencial político da arte. As discussões sobre os temas sexuais que definem a forma e o conteúdo do *blues* feminino apontam tanto o caminho para construção da consciência feminista negra, como prenunciam o desenvolvimento posterior do feminismo das décadas de 1960 e 1970, marcado pela politização da sexualidade. No legado das direções teóricas de Marcuse de que o potencial político da arte reside na necessidade de denunciar a realidade estabelecida e de propor uma nova experiência de transformação radical dos valores da cultura dominante como caminho para libertação nos domínios econômico e político. Davis encontra no *blues* feminino o potencial político de denuncia da cultura patriarcal dominante e de desenvolvimento da consciência feminista da possibilidade de libertação da mulher. As vozes femininas do *blues* evocavam em suas canções a consciência de que a felicidade não poderia ser encontrada no casamento, muito menos na realização das atividades domésticas, que a violência contra mulher deve ser expressada publicamente e que a sexualidade deve ser manifestada livremente com o reconhecimento da homossexualidade. Nesse sentido, de acordo com as ideias estéticas de Marcuse sobre o papel do potencial político da arte, entende-se que o *blues* feminino cumpre uma função, a de comunicar verdades, que na realidade histórica não eram comunicáveis noutra linguagem. Assim sendo, o *blues* feminino desafiou abertamente a política de gênero implícita nas representações culturais tradicionais do casamento e das relações amorosas heterossexuais.

¹ Graduada em Filosofia e Mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Email: renatalvs@yahoo.com.br



O COTIDIANO E A QUESTÃO DE GÊNERO DAS MULHERES ASSENTADAS E ACAMPADAS DE CAMPO DO MEIO - MG

Jéssica Danielle Ferreira do AMARAL¹

Evânio dos Santos BRANQUINHO²

Palavras-chave: Cotidiano. Campo. Gênero.

Grupo de Trabalho: GT 3 - Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade .

Resumo

A questão de gênero se tornou uma categoria essencial para compreender a produção do espaço geográfico por homens e mulheres. Mas, e no espaço rural, como o gênero se espacializa e quais são suas desigualdades? Essa pesquisa buscou compreender o espaço vivido e concebido das mulheres assentadas e acampadas na cidade de Campo do Meio - MG e como elas produzem o seu espaço, compreendendo a configuração do cotidiano. O que essa pesquisa nos traz, é a necessidade de se observar o cotidiano, pois é através dele que a questão de gênero se reproduz no espaço rural campestre, reforçado que os acontecimentos do cotidiano devem ser levados em consideração, sem que o saber teórico passe por cima dos fatos. A pesquisa tem por objetivo comprovar e reforçar que a questão de gênero na geografia durante a observação do espaço rural deve ser iniciada através da análise da vida cotidiana. O corpo teórico utilizado foi o materialismo histórico dialético incorporado ao cotidiano, e esclarece alguma das relações estabelecidas no campo sobre a questão de gênero, mas é necessário incorporar ao método, a análise do privado. O método utilizado foi fundamental para responder e abrir outras questões sobre esse tema.

As bases da pesquisa foram construídas junto com as mulheres durante os 10 dias nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, na qual, a pesquisadora viveu um ambiente de imersão. A maioria dessas mulheres entrevistadas faz parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constroem frentes dentro do movimento, uma delas é dirigente regional do MST e construíram o Coletivo Mulheres Raízes da Terra. Dentro do método adotado para a observação esteve presente, o materialismo histórico dialético com a aplicação de questionário aberto, método regressivo-progressivo (Lefebvre), para compreender o cotidiano dessas mulheres e a produção do espaço no campo. O formato das entrevistas possibilitou maior aprofundamento com os sujeitos da pesquisa. Foram realizadas entrevistas, no último dia uma roda de debate sobre gênero, feminismo e a produção do

¹ Graduanda do curso de Geografia Licenciatura pela Unifal – MG. Email: jessicaferreiramara@gmail.com.

² Professor do ICN/Unifal-MG e doutor em Geografia pela USP. Email: evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br .



espaço. Buscou-se passar por casas de diferentes mulheres no período de campo. Na tentativa de compreender que é no cotidiano, na escala pública e privada, que o marxismo pode servir de ferramenta para desvendar a reprodução social da questão de gênero, mostrando que o cotidiano dessas mulheres se dá como forma de resistir ao cotidiano da estrutura capitalista.



O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UM PANORAMA HISTÓRICO NOS QUADRINHOS DE MARCELO D'SALETTE.

Ivo Phelipe Silva PETRECA¹

Palavras-chave: Histórias em Quadrinhos. Marcelo D'Saete. Negros. Racismo. Resistência.

Grupo de Trabalho: GT 3 – Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade.

Resumo

Após pesquisar como as Histórias em Quadrinhos (HQs) poderiam ser utilizadas como ferramentas didáticas e pedagógicas para o ensino de história em temas transversais, o primeiro passo foi propor o diálogo entre os historiadores e educadores que pensaram a História para além do espaço acadêmico, dando novas abordagens para disciplina com uso de temas transversais. Em seguida autores que contribuíram para a arte no campo educacional no Brasil, em que quadrinhos, as charges e as tirinhas são utilizados em sala de aula de diferentes formas e com objetivos distintos, Ângela Rama e Waldomiro Vergueiro (2012), fizeram propostas para a utilização das HQs na sala de aula, assim como Paulo Ramos, que analisou os quadrinhos e a leitura em quadrinho (2009), e em parceria com Waldomiro Vergueiro produziram “*quadrinhos na educação: da rejeição à prática*” (2009). O foco principal desta comunicação é apresentar um panorama do negro na história do Brasil pelos quadrinhos do premiado desenhista brasileiro, Marcelo D'Saete. A escravidão no Brasil, os quilombos dos Palmares, o cotidiano de jovens de periferias, são desenhados por D'Saete, de maneira que ficção com pitadas de realidade e conceitos que as longas pesquisas e leituras de obras de História, Sociologia e Antropologia possibilitou. Em *Angola Janga: Uma História de Palmares* (2017), Palmares é apresentada formação, resistência, a luta contra a opressão em um grandioso romance histórico que fala de Zumbi, Ganga Zumba, Domingos Jorge Velho, entre outros que compõe esse contexto de resistência. Já *Cumbe* (2014), os negros escravos são os protagonistas dessa HQ, a resistência contra a escravidão é evidenciada nessa brilhante obra. Essas obras de D'Saete podem ser cruzadas com a obras de historiadores para compor uma história do Brasil pelos quadrinhos de D'Saete, de maneira que o tema transversal raça trace essa transversalidade, de forma interdisciplinar. Textos de historiadores como Sidney Chalhoub, Silvia H Lara, Robert W. Slenes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, João José dos Reis, que apresentam uma nova historiografia da escravidão e dos negros no Brasil, serão utilizados como base

¹ Graduado em Licenciatura em História (UNIFEOP). Professor de História do Educafro e Pós-graduando em Mídias e Educação pelo Instituto Federal do Sul de Minas, campus Passos - MG Email: ivopetrec@gmail.com



teórica além de outros como o Thomas E. Skimore, ou Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes. Pensadores que em suas obras apresentam que para melhor entender “nossa” história e “nossa” identidade é necessário iniciar em nossas matrizes culturais, que pensam e analisam a história de luta e resistência dos negros na sociedade brasileira. Por fim as HQs de Marcelo D’Saete podem oferecer ótimas ferramentas de ensino e aprendizagem.



TRABALHO, GÊNERO E PROSTITUIÇÃO – ASPECTOS DE UM DEBATE CONTEMPORÂNEO À LUZ DA TRADIÇÃO CRÍTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Nathalia de Carvalho TERRA¹
Leandro Cabral de ALMEIDA²

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Prostituição. Marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 3 – Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade.

Resumo

O objetivo do trabalho proposto é analisar alguns elementos que sobressaem do debate em torno dos temas trabalho, gênero e prostituição, com enfoque específico sobre a relação entre prostituição e sexualidade feminina. Portanto, é necessário que situemos o referencial que orienta nossa concepção de trabalho. Estabelecendo um diálogo com a tradição crítica do materialismo histórico, sugerimos discutir aspectos que emanam dessa tríade temática (trabalho-gênero-prostituição), analisando características do debate contemporâneo, perpassando, sobretudo as abordagens teóricas pós-modernas que tendem a delimitar uma identidade globalizante em torno da categoria gênero, obscurecendo, por sua vez, aspectos fundamentais para a teoria feminista, como a dimensão intrínseca à classe social e a luta de classes. Desse modo, pretendemos abordar o tema da prostituição nos estudos de gênero em relação com uma perspectiva crítica que considera as relações sociais como expressão das contradições de classe, que lega ao mundo do trabalho a condição de evidenciar as desigualdades interpostas às mulheres como fruto de uma sociedade organizada em torno de uma estrutura reprodutora dessas desigualdades. Mais do que mobilizar um debate, ainda que de forma introdutória, a motivação que justifica esse trabalho é contribuir para as reflexões que visam à emancipação das mulheres das diversas formas de opressão à que estão submetidas, num horizonte de lutas pela emancipação de toda a classe trabalhadora.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida (UVA-RJ). Estagiária da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

² Doutorando em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). Professor de História e Sociologia na SEEDUC-RJ.



LAMPIÃO DA ESQUINA: DEBATES ENTRE CONCEPÇÕES DA ESQUERDA DOS ANOS 1960 E 1970 E CRÍTICAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL

Gabriel Donizetti Ferreira SIMIONATO¹

Palavras-chave: Lampião da Esquina. Gêneros. Esquerdas. Embates políticos.

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Resumo: O *Lampião da Esquina* (1978-1981) foi um importante jornal da imprensa alternativa brasileira no período da ditadura civil-militar (1964-1985), e um dos primeiros articuladores do movimento homossexual no Brasil, por meio de suas publicações que discutiam temas ligadas à desmarginalização do homossexual, ao prazer, à relação entre as artes e as homossexualidades, à repressão e à união com os demais setores sociais marginalizados (mulheres, negros e índios). Embora seja um periódico que tenha surgido no final dos anos 1970, ele traz uma discussão ausente, mas necessária, na esquerda, principalmente armada, nos anos 1960: as relações de gênero e as orientações sexuais dos militantes. Por conta de sua distribuição de nível até mesmo internacional, era constante os embates entre diferentes pontos de vista, sobretudo na seção *Cartas na Mesa*, destinada às cartas dos leitores, que traziam confrontos em torno da visão política marxista, que predominou nos grupos de esquerda, no Brasil, e os novos sujeitos e discussões trazidos pelo *Lampião*. Pretende-se analisar as relações entre as esquerdas brasileiras e o emergente movimento homossexual, utilizando dos artigos, reportagens e cartas publicados pelo *Lampião da Esquina* em seu primeiro ano de circulação (abril de 1978 a maio de 1979), abrangendo 13 edições, da edição número 0 à edição número 12. Percebe-se os conflitos entre os discursos das esquerdas, focados na luta de classes e na revolução socialista, e os discursos dos movimentos homossexuais, focados na luta específica e contra a opressão sexual do corpo, questionando as orientações políticas das esquerdas que predominaram fixas no campo da luta de classes até 1968. Todavia, ainda se nota, apesar dos embates, a união de ambos movimentos na luta pela redemocratização do país.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Alfenas - MG. Email: gabriel_simionato99@hotmail.com



TRABALHO FEMININO E MARXISMO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Maria Júlia TAVARES PEREIRA¹

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Capitalismo. Trabalho feminino.

Grupo de Trabalho: GT 3 – Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade.

Resumo

Nos anos 1960 e 1970, os debates feministas consistiam na compreensão das relações entre capitalismo e patriarcado. Tais debates influenciaram as produções teóricas da época, que procuravam estabelecer como ocorria o cruzamento de mecanismos de dominação, e a reciprocidade entre esfera doméstica e economia capitalista, através de uma perspectiva crítica de análise da divisão sexual do trabalho. A partir da década de 1990, a relação entre gênero e classe perdeu a centralidade nas produções acadêmicas – fruto do próprio movimento do feminismo e da ascensão da teoria *queer* e de perspectivas pós-estruturalistas. Não obstante, são evidentes na realidade social as imbricações entre gênero, classe e raça/etnia, e suas consequências para a posição das mulheres na sociedade. A análise de tais variáveis e suas implicações constitui ferramenta importante na apreensão do mundo e de suas formas de dominação. Nesse sentido, o presente trabalho busca retomar as problemáticas femininas sob o capitalismo, de uma perspectiva teórico-crítica. Considerando a relevância da categoria trabalho em investigações sociológicas, questiona-se: como é possível ampliar este conceito, a fim de englobar a realidade das trabalhadoras que atuam em ambientes reprodutivo e produtivo? Em que medida autoras(es) que evidenciam a relação entre gênero, classe e raça/etnia, podem auxiliar na compreensão das complexidades do capitalismo? Por meio de uma revisão bibliográfica, que busca estabelecer relações contextuais e mapear os principais conceitos, pretende-se indicar a trajetória dos estudos sobre trabalho feminino na Sociologia, os limites da teoria marxiana enquanto perspectiva de análise, bem como as contribuições das(os) autores(as) selecionados e dados estatísticos que atestam a atualidade do debate. Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, cuja bibliografia selecionada evidencia a especificidade da relação entre capital, trabalho doméstico e a venda da força de trabalho feminina, pois considera que o sexo do trabalho causa impactos nesta relação. Deste modo, as mulheres estariam duplamente sujeitas: aos homens e ao capital, ou seja, há uma dominação-exploração feminina na sociedade.

¹ Aluna do curso de Ciências Sociais da Unifal-MG. E-mail: majutavares97@gmail.com



O MULHERIO: A INCLUSÃO DA MULHER EM MEIO A LUTA DE CLASSES.

Drielly Bezerra CAFÉ¹

Palavras-chave: Feminismo. Imprensa. Mulher. Mulherio.

Grupo de Trabalho: GT 3 – **Marxismo, Gênero, Raça e Sexualidade**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma parte da reflexão feita em torno da pesquisa sobre o jornal O Mulherio, que circulou no início da década de 1980. Durante a luta armada desenvolvida contra a ditadura a versão marxista se restringiu à luta de classes. Narrativas de mulheres que participaram da luta armada (Oliveira, 1996) teceram críticas ao papel secundário dado ao movimento para as questões “femininas”. Boa parte das mulheres exiladas na França deu início ao Círculo de Mulheres Brasileiras, que assumiu uma postura ligada especificamente às demandas feministas, sem abandonar as questões de classe. Após a Anistia, em seu retorno, militantes expandiram o debate feminista para a imprensa, tentando tocar intelectuais e também mulheres não ligadas aos movimentos. Dentre esses impressos surgiu O Mulherio que por sua vez, tentava atingir a mulher trabalhadora, dona de casa, mulheres de diferentes camadas e atividades sociais. Segundo Joana Maria Pedro (2006) e Cèli Regina Pinto (2001), elas estimularam reuniões em casas, procurando sair dos centros acadêmicos e se associar a lutas cotidianas, como pela criação de creches e postos de saúde, nos anos 1970 e 1980. O Mulherio procurou se apresentar como um periódico cujo discurso não estaria relacionado diretamente aos preceitos marxistas ou submetido a discursos masculinos. Embora reconhecendo a luta de classes, próprias de homens e mulheres, as suas criadoras pretendiam dar relevância ao feminismo voltado a questões específicas de mulheres, como a questão do corpo, do prazer, do aborto, dentre outros. O feminismo brasileiro, até os anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação política instituída no país, desde o golpe militar de 1964 e esteve articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época. O jornal procurou problematizar a mentalidade “racional” e masculina voltada exclusivamente à luta de classes, mostrando as disputas de poder entre diversos grupos feministas divididos entre as lutas gerais e “lutas específicas”, de um lado e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, revelando conflitos e lugares de fala diferenciados (PEDRO, 2006). O estudo pretende compreender que lugares e que discursos estão presentes no jornal, em meio a este embate.

¹ Discente de História-Licenciatura do ICHL/Unifal-MG. Email: db.cafe@live.com



O ESTADO EM GRAMSCI E A PARTILHA DO FUNDO PÚBLICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E CONJUNTURAL DO BRASIL

Grasiela BARUCO¹
Utanaan REIS²

Palavras-chave: Estado. Gramsci. Fundo público. Teoria Marxista da Dependência.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder.

Resumo

O objetivo do presente artigo é promover uma discussão crítica do fundo público tendo como referência a teoria marxista do Estado. A hipótese aventada é de que o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, com a estruturação de regiões/países centrais e periféricos e, portanto, como resultado disso, (i) a diferente distribuição de valor em âmbito mundial e (ii) a diversa maturidade da classe trabalhadora, levou a que o fundo público nos países centrais fosse melhor distribuído entre capital e trabalho (como parecem bem demonstrar os estados de bem estar social), ocorrendo o oposto nos países periféricos. Para tanto, numa primeira seção o artigo analisa o Estado capitalista entendendo-o como uma instituição que expressa o conflito de classes típico dessa forma de sociabilidade, com o que, em sua dimensão política, tem como funções exercer o domínio, a coerção e a ditadura; e tem sua dimensão composta pela coesão, ou sociedade civil, cujas funções são exercer a direção, o consenso e a hegemonia (Gramsci, apud Coutinho, 1999). O fundo público assumiria a função precípua de coesão, mas toma, nos países centrais e periféricos, formatos diferenciados – como se discute na seção dois. Por fim, uma terceira e última seção, antes das considerações finais, avalia especificamente o fundo público para o caso brasileiro. Entende-se que a disputa por esse fundo, principalmente após a implementação do receituário neoliberal, tem se dado, como historicamente, em detrimento do trabalho, mas, o que pode se constituir como algo novo no capitalismo, em benefício do capital fictício e do agronegócio.

¹Professora Adjunta 4 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutora em Políticas Públicas pela UERJ. Email: grasilelabaruco@yahoo.com.br

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Email: utanaan.reis@gmail.com



AS DISPUTAS PELA “MAQUINA DE POSSÍVEIS” – LUTA POR MORADIA E (DES)ALIENAÇÃO SOB A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA DE H. LEFEBVRE

Hermes da FONSECA¹

Palavras-chave: Vida cotidiana. Alienação. Luta por moradia. H. Lefebvre.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, capitalismo e estruturas de poder

Resumo

Ao tratar da situação das habitações dos trabalhadores nas grandes cidades de meados do século XIX, F. Engels (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*) sustentou que “o modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades.” As contradições ínsitas à privação de moradia se reproduzem em várias outras esferas da vida. Sob a lógica fragmentadora da Modernidade, observa Henri Lefebvre, a habitação corresponde a uma das esferas da vida cotidiana, a vida privada; a habitação não é, em regra, onde se dão suas outras duas dimensões, o trabalho e o lazer. Como consequência do trabalho alienado, a propriedade privada expõe as relações de alienação em que a moradia funciona como uma categoria de *totalidade*, possibilitando questionar as próprias estruturas da sociedade capitalista. A cotidianidade expressa a vida cindida em setores organizados, unidos por alguns caracteres comuns – no trabalho, a *passividade* (imposições); na vida privada, os *condicionamentos* (consumismo); e nos lazeres, a *diluição* do “mundo” em espetáculo. Por toda parte, *passividade* e *não-participação*. A privação de moradia revela, muitas vezes, uma condição que impossibilita propriamente a vida cotidiana. No contexto brasileiro atual, o *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto* (MTST), um dos movimentos de luta por moradia, tem situado essa carência como núcleo a partir do qual se politizam várias outras demandas dos trabalhadores, como saúde, transporte etc. A politização dessas outras carências – inter-relacionadas à moradia – representa, segundo Guilherme Boulos (*Por que ocupamos?*) um *aprendizado* que se torna “parte da sabedoria popular, a ser utilizado sempre que necessário”. Se a base da alienação reside na vida cotidiana, nas relações práticas, terreno em que os seres

¹Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), *campus* Pimentas, em Guarulhos/SP. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do FiloPol – Núcleo de Filosofia e Política da EFLCH-UNIFESP, coordenado pelo Prof. Edson Luís de A. Teles. Endereço eletrônico do autor: fonseca@tutamail.com



humanos se vêem expostos a forças hostis “que, entretanto, não são senão produtos de sua própria atividade, porém voltados contra eles e levando-os a destinos inumanos” (Lefebvre, *O marxismo*), como pensar sua superação tomando por base a luta por moradia? Como Marx afirmara n’*O capital*, a superação da alienação somente se dará “quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza.” Se as ocupações do movimento dos sem-teto constituem, em vários casos, um substrato que possibilita uma vida cotidiana, em que medida esse pedagógico “aprendizado da luta” pode contribuir para a superação do trabalho alienado (e, conseqüentemente, da propriedade privada), como apropriação do que foi constituído de forma alienada? Se as ocupações tendem a romper a lógica *passividade/não-participação*, e, contraditoriamente, alojar-se no *topos* da legalidade – direito à moradia –, propomos identificar em *Por que ocupamos?* eventuais elementos da vida cotidiana que se mostrem, sob as balizas lefebvreanas, não capturados pela legalidade e potencialmente desalienantes.

A FÓRMULA TRINITÁRIA GLOBAL: PODER E IDEOLOGIA NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL

Evânio dos Santos Branquinho¹

Palavras-chave: espaço mundial; imperialismo; neomathusianismo; desenvolvimento sustentável; globalização

Grupo de trabalho: **GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder**

Resumo

O presente artigo procura compreender como o imperialismo ou a fase de domínio atual, além do exercício do poder político, econômico e militar, se desdobra no campo ideológico para assegurar seu poder na ordem internacional. Para isso toma-se como exemplos no pós Segunda Guerra Mundial três problemáticas que alcançaram grande repercussão: o neomathusianismo, o desenvolvimento sustentável e a globalização. Como essas questões repercutiram na configuração da ordem mundial do pós guerra e suas influências na reprodução das desigualdades socioespaciais globais. Nesse sentido, como referencial teórico-metodológico nos apoiamos no materialismo histórico dialético, que traz entre outros procedimentos: o método de análise e o método de exposição. Que podem ser caracterizados, no primeiro procedimento, pela análise dos elementos em questão, e depois, no método expositivo, a reunião deles, restituindo a totalidade da qual eles fazem parte, determinada historicamente. Apoia-se, de modo específico, nas discussões em torno do capítulo “A fórmula trinitária”, presente no “O capital”, livro três. Neste capítulo, o autor restitui numa totalidade os três elementos que estruturam os rendimentos e suas fontes da economia capitalista: capital – lucro/juros; terra – renda; trabalho – salário. A proposta é abordar o neomathusianismo, o desenvolvimento sustentável e a globalização de forma articulada, uma vez que a ideologia os faz aparecerem separados, recuperando uma totalidade presente na reprodução das relações sociais de produção, de uma economia e mais-valia globais. Nos atemos neste trabalho à escala dos Estados nacionais e suas interações no sistema mundial, uma vez que apesar das transformações que estes sofreram do final do século XIX e ao longo do século XX, eles ainda são os agentes principais na configuração da ordem mundial, como por exemplo, na execução de políticas macroeconômicas, na

¹Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas. Doutor em Geografia Humana – FFLCH/USP. Email: evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

constituição de blocos econômicos regionais e nas rodadas de negociação de abertura econômica internacional. Em termos de relações de poder entre países, muitas delas se institucionalizam, viram políticas públicas, políticas de Estado ou supraestatais, como os organismos da ONU, Banco Mundial, Banco Interamericano. As conferências mundiais organizadas ou patrocinadas por esses órgãos são grandes arenas de discussão e também de difusão de interesses e ideologias dos países, notadamente centrais, ou de grupos políticos e econômicos ligados a esses países.



CRITICAR TAMBÉM É RESISTIR: AS CHARGES A SERVIÇO DA DEMOCRACIA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964- 1985)

Alexandre Borges MESQUITA¹

Palavras-chave: Democracia; ditadura civil- militar; iconografia; resistência.

Grupo de Trabalho: GT 2 – Democracia, Capitalismo e Estruturas do Poder

Resumo

A presente análise pretende, por meio e a partir das charges produzidas durante a ditadura civil- militar (1964- 1985), suscitar debates e reflexões acerca do regime autoritário, ou seja, buscaremos colocar sob a luz do texto questões elementares para a compreensão dos acontecimentos que perpassaram o período, como as manifestações populares contrárias ao autoritarismo e as repressões dos militares; a questão da tortura e o desrespeito aos direitos humanos; a questão da anistia e da redemocratização; e sobretudo as formas de resistência que esses sujeitos construíram para expressarem suas opiniões e se posicionarem politicamente num tempo em que a censura e o medo utilizados como formas de controle pelos militares predominavam. Com isso, iremos por meio da interpretação metodológica das fontes disponíveis, inerente ao trabalho do historiador, discorrer sobre o contexto em que essas estavam inseridas, a conjuntura sócio-política, entre outras questões que sejam pertinentes à temática. Para que esse trabalho fosse possível, tomamos como referência uma bibliografia especializada, levando em consideração desde as obras que abordam de forma geral a história do período, até aquelas que ponderam especificamente sobre determinados temas, como a imprensa alternativa e as suas formas de resistência ao regime militar. Além da bibliografia, é necessário também ressaltar o levantamento de charges utilizadas como fontes históricas nesse trabalho, as quais foram produzidas e publicadas sobretudo pela imprensa alternativa e seus colaboradores, que fizeram uma respeitável frente intelectual ao militarismo vigente no período.

¹ Graduando em História na Unifal-MG. E-mail: mesquitamedici@gmail.com



O PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE E DAVID HARVEY: uma abordagem sobre o conceito “Direito à Cidade”.

PEREIRA FILHO, Gerson¹
YAMAMOTO, Jorge Hideo²

Palavras-chave: Direito à cidade; questões urbanas; políticas públicas; Henri Lefebvre; David Harvey.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder. Globalização,

Resumo

Pretende-se com esta pesquisa de iniciação científica uma investigação teórica em torno do pensamento filosófico e suas implicações noutras áreas, sobretudo em relação ao Direito, a partir da abordagem interdisciplinar que envolve a temática e conceito debatidos na contemporaneidade em torno do “Direito à Cidade”. A vida urbana e o processo de urbanização, no contexto da sociedade industrial e pós-industrial, ao chamado “Mundo Global” ou “Cidade Global” apresentam inúmeras transformações que vêm sendo estudadas por diferentes olhares acadêmicos, de modo especial nas ciências humanas e urbanísticas. Grande parte das questões, senão todas elas envolvem o campo jurídico, porque acabam se desdobrando em legislações para regulamentação de aspectos específicos desta sociedade urbana. O desenvolvimento das urbes da modernidade à contemporaneidade agregado ao desenvolvimento industrial e tecnológico trouxeram inúmeros problemas que variam das mais diversas formas e afetam a saúde, a educação, a mobilidade, a acessibilidade, a infraestrutura, o saneamento, a violência, os problemas de habitação, os comportamentos de grupos e etnias, as relações de trabalho, o ambiente natural, dentre outros tantos. Um rol de questões que merecem atenção e que tem grande influência no estilo de vida urbana desde o século XVIII ao momento atual, devendo então ser objeto de estudos interdisciplinares. Como consequência do supramencionado, o pensador francês Henri Lefebvre (1901/1991) cunha o conceito de “Direito à Cidade”, publicando sua exponencial obra “*Direito à Cidade*” em 1968. A obra original propõe importante análise sobre o processo de urbanização moderno que teve como princípio fundador as

¹ Docernte do Depto. de Filosofia da PUC MINAS, *campus* Poços de Caldas. Doutor e Pós doutorando em Filosofia pela Unicamp. Email: gersonpereirafilho1962@gmail.com.br

² Graduando em Direito. Bolsista de Iniciação Científica. PUC MINAS, Campus Poços de Caldas. Email: hideoyamam@hotmail.com



transformações econômicas promovidas pelo capitalismo industrial a partir do séc. XVIII/XIX. A posteriori, o pensador inglês David Harvey (1935) contextualiza a obra de Lefebvre e propõe novas questões que passaram a afetar a vida urbana com a chamada “globalização”. Harvey reaplica alguns dos fundamentos de análise para compreensão das urbes contemporâneas no contexto pós-moderno ou pós-industrial da segunda metade do séc. XX, na era do capitalismo global e suas novas proposições. Os dois autores se fundamentam nas categorias marxistas de análise para daí sugerirem uma nova “Revolução Urbana” sustentada na tese do “Direito à Cidade”. Pretendemos aprofundar estes conceitos e as bases teóricas e metodológicas desses autores, correlacionando-os.

Referências:

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n.29, p-73-89, jul/dez, 2012. <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em 25/02/2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

PEREIRA FILHO, Gérson; YAMAMOTO, Jorge Hideo. **A cidade e suas Leis: um estudo do diálogo “As Leis”, de Platão frente às questões contemporâneas do Direito à Cidade**. Poços de Caldas: Pesquisa FIP –PUCMinas, 2018.



FETICHISMO DA MERCADORIA, ALIENAÇÃO E FAKENEWS: como conceitos de Marx podem ser utilizados para compreender o fenômeno das notícias falsas nas redes sociais.

PIO, Fernanda Israel¹

Palavras-chave: Fake News; alienação; fetichismo; tecnologia; redes sociais

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

“Fetichismo da mercadoria” nos remete à obra *O Capital* [1867] de Karl Marx. A mercadoria seria dotada de mistério por encobrir características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como inerentes aos produtos do trabalho. O produto perde a relação com o produtor sendo compreendido como algo apartado (1994, p.81). O termo “alienação” é utilizado por Marx em *Manuscritos econômico-filosóficos* [1844] para designar o estranhamento do trabalhador com relação ao produto gerado pelo seu trabalho. Em linhas gerais estamos falando do trabalhador que, por não possuir os meios de produção e não dominar mais todas as etapas de fabricação, é apartado do produto, a mercadoria parece surgir de maneira mágica e autônoma, por feitiço, “fetichismo da mercadoria”. Tais conceitos podem ser utilizados refletir sobre o fenômeno das *Fake News*, aqui nos referindo especificamente as notícias falsas espalhadas em massa através de redes sociais. Podemos dizer que o fetichismo está impregnado, de maneira geral, no sistema capitalista contemporâneo, que a lógica do capital é transmitida para outras instâncias e, não seria diferente no meio social virtual. Nas redes sociais, a lógica da “devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais” é reproduzida (NETTO, 2012), apagando a distinção entre real e representação, as representações no mundo virtual se tornam autônomas, perdendo a conexão com o referencial “off-line”. Neste sentido Moretzsohn (2002) nos remete para meados do século XIX, no surgimento da imprensa como atividade industrial que levou ao sacrifício da verdade diante da urgência da produção de conteúdo “de primeira mão” imposta pelo mercado concorrencial. Fenômeno semelhante ocorre nas redes sociais, fortalecendo a já referida de “perda de conexão com o referencial”, que se assemelha aos conceitos de Marx que tratamos anteriormente, mas dessa vez, temos, no lugar da mercadoria, informações que

¹ Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Metafísica pela Universidade de Brasília, Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: frpio@gmail.com



atingem um nível de validade e autonomia que as aparta de referenciais “concretos” e até mesmo de seus produtores, como ocorre com as *Fake News*. Slavok Zizek pontua que as *Fake News* estão presentes na sociedade desde antes da invenção da internet e que o que diferencia a realidade atual nas redes sociais é que as pessoas podem se organizar aparentemente sem estarem submetidas a uma autoridade reguladora, isso por outro lado abre espaço também para novas táticas como as *Fake News*, na roupagem que vemos hoje (ZIZEK, 2017). Esse “fetichismo da tecnologia” está relacionado à impressão de que a tecnologia apaga as diferenças, como se todos tivessem o mesmo poder e manifestação e se cada voz tivesse o mesmo peso. (MORETZSOHN, 2017, p.297). Ponto que coaduna com a argumentação de Zizek e que nos permite identificar as *Fake News* como elementos que invalidam a premissa ilusória da horizontalidade e da democracia em que todos tem o mesmo poder de manifestação, e as vozes têm o mesmo peso nas redes sociais, elemento que evidenciam o fetichismo da tecnologia.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 6 vols. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 1ª edição 1844. São Paulo, Nova Cultural.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. Liinc, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088> .> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serv. Soc. Soc. [online]. 2012, n.111, pp.413-429

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

ZIZEK, Slavoj. Slavoj Zizek on Trump and fake News. 2017.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lQ9vf9mRyq8>>

Acesso em: 3 de outubro de 2018



A (DES) INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

Fabielly BELLAGAMBA RAMOS¹

Palavras-chave: Neoliberalismo. América do Sul. Integração Regional.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

As iniciativas de integração regional sul-americanas podem ser classificadas em duas grandes categorias: o regionalismo hegemônico e o regionalismo contra-hegemônico. O regionalismo hegemônico leva essa terminologia graças à hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) nas iniciativas regionais. Algumas iniciativas hegemônicas são: a Área de Livre Comércio (ALCA) e a Aliança do Pacífico (AP). O regionalismo contra-hegemônico caracteriza-se, por sua vez, pela criação de mecanismos sem ou menor interferência política e econômica dos EUA. Algumas iniciativas contra-hegemônicas são: o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da ascensão de governos fortemente neoliberais na América do Sul, a partir de 2012, na integração regional sul-americana. O método de pesquisa é o hipotético-dedutivo, com as técnicas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica utiliza os livros, os periódicos científicos nacionais e internacionais, entre outras fontes, sobre o neoliberalismo, os regimes políticos sul-americanos, a integração regional e as iniciativas regionais sul-americanas. A pesquisa documental recorre às notícias, atas, notas e documentos das iniciativas regionais sul-americanas em seus sites e na internet em geral. Mesmo que o trabalho não esteja finalizado, se verifica que as iniciativas regionais sul-americanas foram enfraquecidas ou mudaram seu perfil com a ascensão de governos fortemente neoliberais.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Bacharela em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: fabiellyramos@hotmail.com



ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA: A POLÍTICA ECONÔMICA COMO INSTRUMENTO CONTRA O (OU DO) NEOLIBERALISMO

Giselle FLORENTINO

Leon Santiago Mendes SUHETT

Grasiela BARUCO¹

Palavras-chave: política econômica; capitalismo; América Latina; neoliberalismo; marxismo.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

A atual literatura econômica crítica acena para a guinada conservadora de vários governos latino-americanos na atualidade. O objetivo do presente artigo é responder à seguinte pergunta: em que medida o manejo de política econômica pode ser um instrumento auxiliar na luta contra o avanço das relações capitalistas de produção, notadamente o capitalismo contemporâneo neoliberal? A hipótese preliminar levantada é de que, em que pese o caráter progressista de alguns governos latinos, a política econômica se manteve inalterada nas últimas décadas, reforçando, horas mais e outras menos, a implementação da agenda neoliberal que privilegia a valorização do capital na esfera fictícia. Diante do exposto, numa primeira seção, além da introdutória, o artigo discute o capitalismo na perspectiva teórica marxista, apresentando uma análise da categoria valor, considerada fundamental para compreensão dessa forma de organização social. Num segundo momento se avalia o capitalismo contemporâneo, cuja marca distintiva parece ser a política econômica neoliberal, que pode ser traduzida, em grandes linhas em: (i) estabilidade monetária (políticas de controle inflacionário) e (ii) reformas estruturais (dentre as quais figuram como mais importantes: a abertura externa - comercial e

¹ Graduada em Economia pela UFRRJ. Mestranda em Serviço Social pela UFF. florentino.giselle@gmail.com

Graduado em Economia pela UFRRJ. Mestre em Economia pela PUC/ SP. Doutorando em Economia pela UFF. Professor substituto da UFRRJ. leonsuhett@hotmail.com

Doutora em Políticas Públicas pela UERJ. Professora Adjunta IV do curso de ciências econômicas da UFRJ. grasielabaruco@yahoo.com.br



financeira -, e as privatizações). Por fim, numa última seção, antes das considerações finais, se analisa a pertinência da discussão acima proposta na perspectiva teórica marxista, para a qual o debate acerca da gestão da política econômica (ortodoxo ou heterodoxo) parece ser insuficiente como forma de superação do atual modo de produção e da lógica do valor que o corresponde, sendo esse capitalismo de cunho neoliberal ou não.



ALGUMAS DIRETRIZES DO BANCO MUNDIAL QUE VEM SENDO IMPLANTADAS NO ENSINO SUPERIOR JUNTO À SUA MERCANTILIZAÇÃO

Ednéia Alves de OLIVEIRA¹
Jéssica Adrielle Tomaz PEREIRA²

Palavras-chave: Banco Mundial. Educação. Mercantilização. Mundialização do capital.

Grupo de Trabalho: GT 5 – Globalização, Neoliberalismo e Dependência.

Resumo

Buscaremos destacar neste trabalho a partir de alguns relatórios elaborados pelo Banco Mundial o forte estímulo a mercantilização e privatização da educação superior brasileira tanto a nível público quanto a nível privado por meio de programas de financiamento e bolsas de estudos, sendo que “é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas e administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra as suas maiores oportunidades de investir” (CHESNAIS, 1996, p.186). Exemplo desse processo no Brasil é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores na esfera privada. É importante destacar que desde os anos de 1990, o Banco Mundial vem sinalizando para a lógica mercantilizada da educação com vistas a favorecer o mercado, sobretudo o mercado financeiro. Desta forma o banco incentiva a transferência desses fundos para o capital privado, ou seja, aos bancos, para que estes possam gerenciar os créditos, numa clara financeirização da educação. Recentemente foi apresentado o novo FIES, implantado em 2018, este se diferencia do anterior ao dividir o programa em três diferentes modalidades, sendo a primeira a juros zero, a segunda com juros até 3% mais correção monetária, ambos geridos pelos bancos de participação mista com o governo. E a terceira destinada aos estudantes com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos, esta modalidade abre a possibilidade de que os financiamentos sejam realizados com os recursos dos Bancos privados participantes. No ano passado (2017) o

¹ Professora do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e da graduação, lotada no departamento de Política e Ação do Serviço Social. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: jessicatomaz7@yahoo.com.br



Grupo Banco Mundial elaborou e lançou um documento com recomendações para o Brasil sair da crise, intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” apontando reajustes na política educacional, em todos os níveis de ensino. A ênfase é no pagamento de taxas no ensino numa lógica de privilegiar a todos insistentemente, uma vez que o mercado não favorece a ninguém em especial, mas equilibra a concorrência entre todos.

Referencias bibliográficas

BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Editora xamã. 1996



AS CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO A PARTIR DA LEITURA DE MÉSZARÓS

PISTINIZI, Bruno Fraga¹

Palavras-chave: Mézarós. Globalização. Alienação. Lucro

Grupo de Trabalho: GT 5 – Globalização, Neoliberalismo e Dependência

Resumo

István Mézarós dedica-se à sua análise da tese de Marx em O capital. Analisa as consequências das estruturas reprodutivas do capital Como apenas uma das vertentes teóricas. Mézarós investiga a condição histórica da realização da alienação em que se encontra imersa a sociedade moderna. Sendo o indivíduo e a coletividade objeto de um intrincado complexo econômico controlado pelo sistema capitalista. Mézarós aglutina sua interpretação e cita suas considerações sobre uma futura subordinação histórica atrelada ao que Marx considera como uma alienação pulverizada e estendida em ações determinadas de uma realidade associada ao capital. Mézarós reconhece na obra de Marx, notadamente em seus Manuscritos datados de 1844 a significação desta “alienação da humanidade”. Também associada à perda de controle, Mézarós em sua “A toria da alienação em Marx” realça quatro aspectos onde o indivíduo se rende seja em relação à sua natureza; à sua atividade produtiva; à sua espécie e indivíduos em relação aos seus semelhantes Veja-se que esta intervenção consciente não se restringe ao próprio trabalho, ultrapassando este no panorama do processo histórico vivenciado pelo indivíduo. A integração e legitimação do poder intrínseco do capital, é apontado por Mézarós como um “mecanismo racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro mecanismo de mercado (a ser alegremente alicerçado pelo socialismo de mercado)”. O dinamismo totalizador engendrado pelo capitalismo avança para além de sua composição orgânica ou uma mera representação técnica, sendo que como se observa na leitura dos escritos de Mézarós interfere até mesmo na perspectiva abstrata e concreta da vida humana como um todo. O exercício da liberalização dos mercados fundados nesta premissa neoliberal e controlado por meio da atenção direcionada a alguns aspectos, tais como "a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em favor dos rentistas capitalistas; e um grande aumento da taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo de sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de aumentar as rendas capitalistas”. A bem sucedida,

¹ Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP, doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, professor de direito econômico na PUC/MG, *campus* Poços de Caldas. Email: juridicobruno@yahoo.com.br



porém frágil instantânea negociação de taxa de lucro, acirrou ainda mais as contradições cada vez mais evidentes no interior do sistema capitalista. Sua adesão a globalização seria ao mesmo tempo o prenúncio de um diálogo sobre seus rumos, haja vista agora a maximização dos ganhos na sociedade capitalista, estar adistrita a modelos distantes da realidade produtiva e por vezes incorporados com o consumo esperado de mercadorias.



A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE DA VERTENTE WEBERIANA E MARXISTA

Diana Chaukat CHAIB¹
Vicente Alves TOLEDO²

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Superexploração. Desenvolvimento.

Grupo de Trabalho: GT 5 – Globalização, Neoliberalismo e Dependência.

Resumo

Falar da Teoria da Dependência não é uma tarefa simples. O fenômeno da dependência, em seu sentido lato, está arraigado em aspectos históricos, econômicos, geopolíticos e sociais. As discussões dos anos 1960 sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento giravam em torno da influência da participação do capital estrangeiro na economia dos países periféricos. Dessa forma, a Teoria da Dependência surgiu como um meio de engendrar a crítica a ideia convencional de que o subdesenvolvimento representa intrinsecamente a ausência do desenvolvimento (AMARAL, 2012). Essa corrente se propunha a tentar compreender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países periféricos como um sistema que criava e ampliava as desigualdades entre países, de forma que certas economias estavam condicionadas pelo desenvolvimento de outras (DUARTE, 2007). Isso posto, este estudo tem como objetivo analisar a Teoria da Dependência em suas duas principais vertentes: a vertente weberiana, que tem como principais expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a vertente marxista, representada, sobretudo, por Rui Mauro Marini. Inserida dentro do espaço mais geral da Teoria da Dependência, a versão de Cardoso e Faletto aparece como uma crítica às teorias do desenvolvimento antes evidenciadas. Por outro lado, na interpretação de Rui Mauro Marini a dependência deve ser vista como um conceito que exprime uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em um cenário no qual as relações de produção se modificam para assegurar a reprodução da dependência. Além do estudo dessas duas principais vertentes, a pesquisa busca analisar, em particular, alguns componentes da vertente marxista da dependência no Brasil, a partir de meados da década de 1990, por meio da coleta de dados para o país.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. Email: chaib.diana@gmail.com.

² Mestrando em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: vicenteatoledo@gmail.com.



UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO: O PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS E ESTUDANTES NA RELAÇÃO BRAIN DRAIN/BRAIN GAIN

PATRÍCIA SILVA PAIVA¹

CEZAR LUIZ DE MARI²

Palavras-chave: Internacionalização; Brain Drain/Brain Gain; Fuga de Cérebros; Ciências sem Fronteiras.

Grupo de Trabalho: GT 5 – Globalização, Neoliberalismo e Dependência

Resumo

Devido ao afastamento dos cientistas de suas origens, surgiu a questão de pesquisa aqui desenvolvida que busca entender o fenômeno brain drain/brain gain (atração/fuga de cérebros) a partir do Programa Ciências sem Fronteiras CsF.I. Não parece suficiente dizer que a fuga/atração de cérebros ocorre em função da sociedade do conhecimento. Deste modo, este trabalho objetiva analisar as relações de fuga/atração de cérebros a partir da experiência de estudantes de cursos das áreas de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa, os quais participaram do Programa Ciências sem Fronteiras - CsF. Especificamente, busca-se analisar o potencial do Programa como fator para fuga/atração de cérebros e investigar os conhecimentos/aprendizagens acessados pelos estudantes que participaram do CsF. Após o levantamento bibliográfico sobre o tema, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com vinte estudantes das Agrárias da Universidade Federal de Viçosa. Os dados provenientes destas entrevistas foram tratados na perspectiva da Análise do Discurso Crítico (ADC) e entrecruzados com a pesquisa documental e bibliográfica. Mediante as respostas obtidas, identifica-se que a maioria dos estudantes que participaram do programa pretende retornar para o exterior para criar uma carreira e possivelmente continuar a vida nestes países. Como conhecimento acessado pelos estudantes, estes garantem que foram conhecimentos mais pessoais do que acadêmicos. Diante disso, entende-se que o Brasil ainda tem muito a fazer para se consolidar no campo de países que possuem alto nível de capacitação profissional, se firmar como local atrativo para os profissionais brasileiros que se qualificam no exterior e se tornar atrativo também para profissionais altamente qualificados oriundos de países estrangeiros. Acredita-se que

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (Brasil) – e-mail: patricia.s.paiva@ufv.br

² Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e-mail: cezar.demari@ufv.br



devem ser traçadas políticas de internacionalização mais eficazes, mas sobretudo políticas que possam garantir a presença do país no campo científico de ponta.



DEGRADAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E O LUGAR DA CLASSE TRABALHADORA: O ENSAÍSMO DE FRIEDRICH ENGELS

RODRIGUES, Davidson de Oliveira.¹

Palavras-chave: Friedrich Engels, Marxismo e Literatura, Lumpemproletariado, Degradação Ambiental

Grupo de Trabalho: GT 6 – História, Economia, Desenvolvimento e Ecosocialismo

Resumo

Esta proposta tem a pretensão em oferecer um ensaio que revise algumas das mais famosas passagens de “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*” (1845) de Friedrich Engels. Inicialmente o texto problematiza as relações entre ensaio, literatura e marxismo; destaca a importância do olhar ensaísta e da escrita literária, instrumentos úteis ao cientista social na compreensão dos conflitos cotidianos inscritos nas desigualdades por hora naturalizadas. Nesse sentido, parte-se das reflexões de Theodor Adorno sobre a forma-ensaio e das perspectivas de Raymond Williams e Carlos Nelson Coutinho acerca das relações entre marxismo e literatura. Conforme evidencia algumas linhas da tradição marxiana, assumir as conexões entre sociologia e arte/literatura possibilita a retomada das inspirações iluministas assentadas na livre crítica e no desvelamento do oculto e do senso comum. Uma vez conformada essa etapa, inicia-se a problematização do livro de Engels como um texto sociológico e literário fundamental para a compreensão dos problemas urbanos e mesmo ecológicos da sociedade capitalista. Um texto que, em certa medida, inaugurou uma tradição. Desse modo, tematizar as conexões entre grandes cidades e meio ambiente é um caminho para a análise das desigualdades prevalentes na produção e distribuição de bens e valores (constatação presente no texto do ensaísta alemão). Este é um dos problemas atuais do mundo capitalista, percebido na favelização e degradação ambiental em âmbito mundial, como mostra, por exemplo, o marxista Mike Davis. Trata-se de enfatizar a atualidade de “*A situação da classe trabalhadora*” e de sua instrumentalização como um guia de leitura para a contemporaneidade. Assim, inicia-se a segunda parte do ensaio: uma análise das contradições presentes nos vetores de crescimento urbano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG). Busca-se analisar o cotidiano de bairros lumpemproletários do município de Esmeraldas, avaliando como a expansão urbana desenfreada encadeou uma degradação ambiental, um enfraquecimento das redes de sociabilidade e uma anomia nas formas de organização e resistência coletivas. Para este tipo de análise foi empregado a observação fisionômica da precariedade dos bairros lumpemproletários, bem como nas próprias conexões pessoais e particulares do ensaísta com tal ambiente. Trata-se de desenvolver uma

¹ Aqui no rodapé identificar titulação e vínculo institucional. Por exemplo: Professor do Setor de Ciências Humanas/Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Machado e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Email: davidsonhistoria@gmail.com.



sensibilidade para assimilar as dinâmicas locais que impelem os agentes a deteriorar o mundo natural e social em seus entornos. O que alinhava as duas partes do ensaio é a compreensão da atualidade da perspectiva crítica e literária para a demarcação das desigualdades inerentes ao capitalismo, bem como no entendimento de que as mutações ocorridas no âmbito da urbanização excludente restauraram condições de vida análogas àquelas vivenciadas no século XIX.



BOOKCHIN, CASTORIADIS E GORZ: PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO E ECOLÓGICO A PARTIR E ALÉM DE MARX

Arthur Dantas ROCHA¹

Palavras-chave: Marxismo. Ecologia. Socialismo. Crítica social. Século XX
GT 6 – História, Economia, Desenvolvimento e Ecosocialismo

Resumo:

Qual foi o corpo teórico marxiano que interessou a três pensadores de trajetórias tão distintas, porém de orientação revolucionária como o estadunidense Murray Bookchin (1921-2006), o grego Cornelius Castoriadis (1922-1997) e o austro-francês André Gorz (1923-2007)? E quais questões foram levantadas no decorrer dos turbulentos anos 1960 para que os três autores, amplamente escorados em críticas sociais aonde a questão ecológica ganha proeminência, fizeram com que Bookchin criasse a Ecologia Social (e o municipalismo libertário de matiz anarquista), Castoriadis embarcasse em uma abordagem freudomarxista que o fez um dos próceres da Autonomia no Ocidente, e com que André Gorz embarcasse na ecologia política, amplamente pós-marxista? O trabalho pretende examinar, através da pesquisa em fontes primárias, o que Karl Marx escreveu que aponte para uma possível filosofia da natureza e até mesmo a uma crítica da relação entre capitalismo e o mundo natural e, em seguida, trazer a tona o que tornou os três autores contemporâneos marxistas, seguindo pistas bibliográficas e biográficas, não pretendendo criar uma cisão perigosa entre teoria e práxis. A partir daí, entender o que a agudização da crise ecológica e a quebra de paradigmas políticos inerentes ao 1968 no planeta possibilitaram uma revisão de posições ancoradas no marxismo e criação de novos paradigmas políticos/filosóficos de orientação revolucionária. Por fim, um balanço crítico através das três trajetórias através dos comentaristas e o legado dos três pensadores no mundo atual e a tentativa de problematização de uma questão mais ampla: o ecosocialismo pode/deve ser marxista? A discussão destes três autores em particular contempla aspectos distintos do presente seminário: a atualidade de uma práxis revolucionária, já que a revolução curda em andamento encontra em Murray Bookchin e sua Ecologia Social uma grande influência, no fato de que Castoriadis, ao lado de Daniel Cohn-Bendit é autor de *Da Ecologia a Autonomia*, um dos documentos/balanço crítico da experiência sessenta oitista paradigmáticos no campo da esquerda e que André Gorz é uma referência basilar no ecosocialismo tal descrito por Michel Löwy.

¹ Técnico em Gestão Ambiental pelo IF Sul de Minas – campus Inconfidentes. cursando licenciatura em Pedagogia – campus Muzambinho. E-mail: velot.wamba@gmail.com



O CAPITAL: PARA ALÉM DO ECONOMICISMO

CONCEIÇÃO, Marcelo Rodrigues¹

Palavras-chave: Capital. Economicismo. Cultura. Política.

Grupo de Trabalho: GT 6 – História, Economia, Desenvolvimento e Ecosocialismo

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão sobre a abordagem economicista, em que prevalece o mercado para explicar a sociedade e suas relações, nas análises de Marx sobre o capitalismo. O objetivo foi estudar e apresentar elementos que indicam sempre haver a presença de outras instâncias, política, social, cultural, relevantes na análise da estrutura do capitalismo. O trabalho tomou como base a revisão de *O capital*, livro I, em que a economia é o elemento primordial, mas sem se abster dos aspectos culturais e políticos, atentando-se para os elementos e métodos que foram dispostos durante a exposição do autor. Buscou-se dar ênfase às indicações sobre a correlação de fatores que possibilitaram a descrição do funcionamento e da organização social do capitalismo em seus primórdios. O economicismo, para alguns economistas seria o termo correto, é um tipo de abordagem ligada ao processo produtivo e ao mercado de trabalho, que se impôs em relação às demais instâncias da sociedade. Um dos principais motivos pelos quais há essa predominância é a incompreensão sobre a correlação que existe entre a economia e outras instâncias, sem que haja o predomínio de uma ou de outra. Apesar de Marx separar a sociedade em infraestrutura, base econômica em que estão as forças da produção, e superestrutura, espaço de estratégias das classes dominantes como o aparato jurídico estatal, fica notória a correlação entre a economia e outras instâncias como a cultura, por meio das transformações na vida dos trabalhadores e a política pela disputa e usufruto do poder, caso da criação de leis que possibilitaram a efetivação do capitalismo. A análise da sociedade capitalista efetuada por Marx, pelo viés econômico, não necessariamente indica não haver importância e influência de outros aspectos como os culturais e os políticos. Por mais que se tente, não é possível se pautar pelo econômico isoladamente, o político, no caso dos estudos de Marx, interfere diretamente nessa esfera e com as modificações e as tensões produzidas, vão-se alterando as condições de vida e, portanto, a cultura da sociedade. Logo, as demais instâncias não são meros expectadores do econômico, mas se correlacionam com ele.

¹ Professor do ICHL/Unifal-MG e doutor em Educação: História, política, Sociedade pela PUC/SP, marcelo.conceicao@unifal-mg.edu.br.



A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA COMO UM FATOR DA CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

Guilherme de Oliveira FALEIROS

Palavras-chave: Superprodução. Obsolescência programada. Capitalismo.

Grupo de Trabalho: GT 6 – História, Economia, Desenvolvimento e Ecosocialismo

Resumo

O aparente hábito das pessoas de consumir mercadorias além de suas necessidades tem sido muito discutido. São aspectos dessa discussão a crítica ao consumismo exacerbado, à suposta alienação dos consumidores como cidadãos, os efeitos negativos da publicidade agressiva nas pessoas, a obsolescência programada e a enorme geração de lixo causada por esse processo. Todos esses pontos parecem ter uma origem comum, a crise de superprodução do capitalismo, que foi prevista por Marx como uma crise que, mais cedo ou mais tarde, se torna irreconciliável, o que culmina na superação do modo de produção capitalista pelo socialista. Tal crise se caracteriza pela evolução das forças produtivas. Em outras palavras, há um momento histórico em que a produção capitalista atinge, ou é capaz de atingir, as necessidades de todos. A partir desse momento, como a tecnologia não para de avançar, tornando a produção mais eficiente, passa a ocorrer uma produção excedente que satura o mercado consumidor. Essa saturação não é compatível com o sistema mercantil do capitalismo, que depende da venda da mercadoria e da extração da mais-valia. Com isso, ocorre a crise de superprodução capitalista que, se não for contida, acaba por culminar na revolução e no advento do modo de produção socialista. A obsolescência programada é a alteração da mercadoria, durante a sua produção, para durar menos, ou a estratégia de *marketing* para que o consumidor deseje trocar a mercadoria que adquiriu prematuramente, para que compre algo novo, ou seja, a redução subjetiva do valor de uso das mercadorias já adquiridas. O objetivo deste trabalho é estudar a crise de superprodução em Marx em conjunto com bibliografias que tratam especificamente da obsolescência programada em todos os seus aspectos, para que seja estudada como um artifício do capital para lidar com a crise de superprodução, sendo que também será estudada a capacidade deste artifício de lidar com a crise, dada a constante evolução das forças produtivas.

O MOVIMENTO AMBIENTAL SOB A LONGA DURAÇÃO: 1968 – 2018

Luciano Pereira¹

Palavras-chave: ambientalismo, classes, forças produtivas, sistema-mundo, longa duração.

GT 6 – História, Economia, Desenvolvimento e Ecosocialismo

Para os teóricos do sistema-mundo (Wallerstein, Arrighi e Hopkins, 1991), 1968 foi um evento mundial no qual a esquerda sofre uma inflexão, a saber, a ideologia do progresso, ideologia essa que a esquerda compartilhava com o pensamento liberal, passa a ser criticada por estudantes e trabalhadores nas ruas, fábricas e universidades. Para Wallerstein, a ideologia do progresso era o que legitimava setores da esquerda que, em nome de um futuro próximo, convencia os setores revolucionários, agora desmobilizados, a esperar por tempos melhores, o que inclusive contribuía para manter as estruturas de poder hierárquicas de movimentos, sindicatos, partidos e o Estado pós-revolução. Dentre os movimentos sociais que entram em cena naqueles anos 1960, o movimento ambientalista faz de sua crítica ao progresso e ao desenvolvimento das forças produtivas seu *leitmotiv*. Um dos marcos da emergência dessa nova compreensão é o influente livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson e publicado em 1962, sobre o uso intensivo de agrotóxicos nas plantações do EUA. Décadas depois, a agroecologia, um modelo de produção de alimentos que se baseia em processos naturais é adotada por camponeses empobrecidos de países periféricos e semiperiféricos e de movimentos sociais filiados a Via Campesina, uma associação internacional de camponeses. O artigo que submeteremos aos Anais do Seminário Nacional Marx 200 analisará, em primeiro lugar, como o legado do ambientalismo que surge nos países centrais, no quadro dos chamados *novos movimentos sociais*, passa a ser defendido por movimentos sociais do Sul Global, em perspectiva crítica ao desenvolvimentismo, essa ideologia irmã do progresso. Em segundo lugar, analisará a formação de um ambientalismo mundial e anti-sistêmico que se reuniu nas edições do Fórum Mundial Social e que, atualmente, encontra dinâmicas semelhantes no Sul e no Norte que estão sob formas de *acumulação por despossessão*, para usar a expressão de David Harvey. No Sul Global, os movimentos fazem a crítica do extrativismo, que se baseia na exploração e produção de bens primários para exportação, no Norte, os movimentos ambientais se opõem a formas de extração de combustível fóssil, na América do Norte, e a grandes obras de infra-estrutura, na Europa Ocidental.

Bibliografia

Carson, R. *Silent Spring*. London : Penguin, 1991.

Foster, J. B. *A ecologia de Marx - materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

Loureiro, I. Repensando o progresso. **Praga - Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, v. 7, p. 47-63, 1999

Klein, N. *This is change everything*. Nova York: Simon & Schuster, 2014.

¹ Professor Doutor, área Movimentos Sociais e Educação, na Faculdade de Educação, UNICAMP. E-mail: msocial@unicamp.br

Kosselleck, R. *Crise e crítica – contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

Mccormick, J. *Rumo ao paraíso - a história do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

Wallerstein, I., Arrighi, G., Hopkins, T. *Anti-systemic movements*. London: Verso, 1989.



PRODUÇÕES SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Tullyana Kassia SIRQUEIRA¹

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é uma vertente do projeto de pesquisa “SOB O SÍGNO DA REPRESSÃO: A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA NOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR (1969-1985)”. Será feito um levantamento bibliográfico sobre o movimento estudantil nos variados departamentos do Centro de Ciências Humanas da UFV. São eles: Departamento de Comunicação Social - DCM; Departamento de Ciências Sociais - DCS; Departamento de Economia Doméstica - DED; Departamento de Geografia - DGE; Departamento de História - DHI; Departamento de Letras; Departamento de Educação - DPE; Departamento de Direito - DPD. Esta etapa do projeto é importante para conhecermos o que já foi produzido sobre nosso objeto de estudo - movimento estudantil na Ditadura Militar - no local o qual está inserido - UFV. A análise busca compreender em que bases teóricas as pesquisas foram desenvolvidas e quais as fontes privilegiadas para esses estudos. Entendendo que o período do Regime Militar no país foi marcado de grande omissão de fontes primárias, o que dificulta a pesquisa citada acima, as fontes secundárias oferecem um grande aparato interpretativo. Foi também um período marcado por repressão e contradições políticas, sócias, e econômica, serão utilizadas como fontes primárias as produções dos diversos departamentos, tendo por método o materialismo histórico dialético, mediado pela análise de conteúdo. Nesta etapa da pesquisa, buscamos compreender como esse período da história do país é estudado na UFV, entendendo que a participação da Instituição no processo de consolidação do regime militar foi importante e estreitamente articulada com os interesses do golpe. O estudo é baseado no materialismo histórico dialético, a partir do que entendemos ser possível apreender as contradições desse momento da história brasileira.

Palavras-Chave: Movimento estudantil; Universidade Federal de Viçosa; Ditadura no Brasil

¹ Universidade federal de Viçosa

OCUPAÇÕES EM PROPRIEDADES RURAIS QUE NÃO CUMPREM SUA FUNÇÃO SOCIAL: o caso de Quatis/RJ

Bianca Fressato Rocha¹

Maria Luísa de Oliveira
Moreira²

Prof. Dra. Patricia Borba de
Souza³

Ocupação. MST. Função social da propriedade. Reforma agrária. Caso de Quatis/RJ

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este estudo trata da análise da condição atual da reforma agrária e seus institutos, assim como dos conflitos existentes no campo, onde foi investigado um caso prático que ocorreu no município de Quatis/RJ. A metodologia utilizada foi a pesquisa empírica, na modalidade de campo através de visita à comunidade e entrevista com os moradores, e a bibliográfica, fazendo uso de fontes primárias e secundárias, com o objetivo de verificar se a terra sem o devido cumprimento da função social deve ser redistribuída. A proposta de verificar a realidade de um agrupamento de assentados e a aplicação prática dos princípios da organização social “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra” na ocupação de uma propriedade improdutiva. Além disso, buscou-se observar o modo de vida dos indivíduos, de que modo cumprem seus compromissos em meio à exclusão que são imersos pela omissão estatal e como lidam com o estigma social arraigado ao movimento e seus membros. Acrescenta-se a vontade de contribuir para a atenuação do preconceito ligado à reforma agrária, bem como explicitar os meios legais garantidos para que a mesma ocorra e demonstrar os critérios usados para a identificação da terra a ser ocupada, a ocupação em si, desapropriação, a posterior instalação do grupo no local e a seleção dos integrantes. A intenção deste estudo é dar visibilidade à existência dessas comunidades e de seus moradores,

¹ Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas.

² Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas.

³ Orientadora, professora doutora no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas

assim como sua luta em prol da conquista de direitos, para que a sociedade compreenda seus objetivos, e o Estado cumpra sua devida incumbência e dê assistência a essa minoria, garantindo assim a equidade. Dentro dessa perspectiva, diversos assentamentos e acampamentos de organizações sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) têm apontado uma estreita relação entre a reforma agrária proposta pelo Estado desde 1964 no ordenamento jurídico e a burocracia existente em processos de desapropriação para esse fim, fazendo com que demorem longos períodos até a finalização e mantenham os moradores dessas comunidades em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos humanos e fundamentais. O estigma social arraigado tanto aos membros dos movimentos sociais quanto a própria reforma agrária tem grande influência nos cada vez mais frequentes e violentos conflitos agrários. Ademais, no caso prático retratado, contrariando a ideia da existência de conflito pela conquista dos direitos de uma minoria jurídica, o estudo visou retratar a realidade da comunidade e como se deu a conquista dos direitos da comunidade.



UMA EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA OS TRABALHADORES DO SUS: COMPREENDENDO OS DESAFIOS ATUAIS DA SAÚDE PÚBLICA EM UMA PERSPECTIVA MARXISTA

Tarsila Teixeira Vilhena LOPES¹
Leonardo CARNUT²
Áquilas MENDES³
Samara Jamile MENDES⁴

Palavras-chave: Política, Saúde Coletiva, Educação, Pensamento crítico

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Resumo

Herdeira da tradição social-democrata, a Saúde Coletiva foi colonizada pelo pensamento político neste campo, desencorajando assim, o desenvolvimento do ‘político’ através de outras matrizes interpretativas, especialmente àquela filiada à crítica à economia política. Entendendo a educação política para classe trabalhadora como forma de descortinar os mecanismos de opressão que o Estado opera na condução das questões sociais, é que problematizamos a Formação Política em Saúde como uma estratégia de reorganização de ‘classe em si’ para o enfrentamento do desmonte do direito à saúde. Por isso, a formação política dos trabalhadores na área da saúde tem sido um desafio que deve ser enfrentado, especialmente na sua conexão com o contexto problemático do capitalismo em crise. A Associação Paulista de Saúde Pública vem desenvolvendo um Curso de Formação Política em Saúde, apoiado em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que tem provocado reflexões da prática atual dos profissionais em saúde. Este artigo busca analisar a visão dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), participantes desse Curso, acerca dos desafios contemporâneos da Saúde Pública a luz da interpretação marxista. Este tema foi alvo de discussão durante a realização do curso e ao seu término, 17 trabalhadores foram solicitados a responder a uma entrevista semiestruturada com diversos tópicos relacionados à experiência vivenciada. Diversas categorias foram elencadas e foi possível perceber que o conteúdo mais frequente na percepção dos trabalhadores referiu-se a categoria “Prática atual dos profissionais em saúde está distanciada do seu papel político”. Essa categoria chama atenção, pois reforça a necessidade de ampliar o escopo político do pensamento sanitário. Três outras categorias

¹Mestre em Gestão da Clínica pela Universidade Federal de São Carlos. Email: tarsilalopes@yahoo.com.br

²Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo. Email: leonardo.carnut@gmail.com

³Professor Doutor Livre-Docente de Economia Política da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo. Email: aquilasmendes@gmail.com

⁴Doutoranda em Fármaco e Medicamento pela Universidade de São Paulo. Email: samarjm@gmail.com



obtiveram também, alta frequência. São elas: “Entender melhor a influência do capital na saúde pública”; “Oportunidade de ler autores que não são comuns na minha rotina” e “Necessidade de uma revisão crítica da reforma sanitária e dos referenciais da saúde coletiva. Dessa forma, ficou perceptível que os trabalhadores passaram a delimitar melhor a compreensão da relação política-desafios da Saúde Pública, diferentemente dos temas que tradicionalmente vem sendo apresentados pela Saúde Coletiva.

LEGADOS DE 1968 E OS MOVIMENTOS JUVENIS NO SÉCULO XXI

Luís Antonio Groppo¹

Palavras-chave: 1968. Michael Denning. movimento antiglobalização. Jornadas de Junho. ocupações estudantis.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho é inspirado pela comparação feita por Michael Denning, em “Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos três mundos”, entre 1968 e o movimento antiglobalização. Também, pelo fato de que, diferente de 2008, 1998 e 1988, em 2018 os movimentos de 1968 têm sido muito pouco tematizado em eventos – outrora, 1968 era importante referência dos movimentos sociais, em especial dos juvenis. Denning compara o contexto geopolítico e ideológico de 1968 – marcado pela Guerra Fria, pela divisão do planeta em 1º, 2º e 3º Mundos e por concepções heterodoxas do socialismo – com o contexto no início do século XXI - marcado pela globalização e pelas lutas antiglobalização. Denning distingue também a pauta dos dois momentos, marcada por “liberdade” em 1968, e por “igualdade” no movimento antiglobalização. Esse trabalho faz uso de revisão bibliográfica e sistematização de pesquisas já realizadas, para levantar algumas questões, e ensaiar algumas respostas, a partir de uma extensão daquela comparação, envolvendo agora outro ciclo mundial de lutas sociais, iniciado com a Primavera Árabe de 2012 – o qual envolve os Indignados de Espanha e Portugal, o *Occupy Wall Street* e as Jornadas de 2013 no Brasil, entre outros. Destacando-se os movimentos juvenis, ou a participação de jovens neste ciclo de lutas sociais, encontra-se muito mais proximidade com a pauta do movimento antiglobalização do que a pauta de 1968, em especial quando se considera o movimento das ocupações estudantis no Brasil de 2015 e 2016 como parte deste ciclo. Há notáveis convergências entre os três ciclos de lutas juvenis mundiais, a começar pelo caráter juvenil das/dos rebeldes, bem como a simultaneidade temporal entre as lutas em cada ciclo e o contágio das formas de organização e ideologias, ambos indicando que há um contexto socioeconômico de âmbito mundial, causa das mazelas as quais se denunciam. No movimento antiglobalização, a consciência sobre o caráter mundial dos problemas sociais que se combatiam, quanto do próprio movimento, foi mais forte, assim como a relação entre as demandas locais e as questões globais, referenciadas na rejeição à globalização neoliberal. O atual ciclo de lutas sociais ainda sistematizou pouco sobre suas pautas e formas de ação e organização, apesar da grande combatividade dos seus sujeitos. O clima político no Brasil atual, assim como de parte importante do mundo, de grande acirramento ideológico mas com uma tendência hegemônica mais conservadora e autoritária, tem ceifado lembranças de 1968. Contudo, a pouca referência feita pelos atuais movimentos juvenis a 1968 se deve também à maior distância entre os contextos geopolíticos e o apelo das pautas, ainda que o movimento das ocupações tenha feito uso de uma tática trazida das lutas operárias ao movimento estudantil em 1968 – a ocupação de escolas e universidades.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG. luis.groppo@unifal-mg.edu.br



O ENSINO SECUNDÁRIO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA REPUBLICANA (1890/2017): MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E A MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO

RAYANE OLIVEIRA DA SILVA¹
JOANA D'ARC GERMANO HOLLERBAHC²

Palavras-chave: Ensino Médio; Banco Mundial; Reforma do Ensino Médio.

Grupo de Trabalho: GT 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

Resumo

O presente trabalho é parte da pesquisa “A reforma do ensino médio de 2017 e o Banco Mundial: permanências e rupturas nas sugestões para o ensino secundário”. Apresentamos aqui, a partir do método de análise do discurso materialismo histórico dialético, o estudo da legislação brasileira, que afeta o ensino secundário no período republicano. Trazemos as principais alterações propostas e implementadas a partir de 1890, buscando compreender como o ensino secundário foi concebido pela república no Brasil. A pesquisa partiu do levantamento da legislação disponível no site do Congresso Nacional, e foram identificados nas ementas, as principais alterações e possíveis impactos das leis relativas ao ensino secundário, particularmente as que dizem respeito ao ensino médio. Após a análise é possível identificar um marco temporal em 1961, quando a Lei 4.024/61 pressupõe um movimento de unidade nacional; em 1971, quando a profissionalização compulsória proposta pela Lei 5.692/71 explicita a dualidade história; em 2009, na Emenda Constitucional 95/2009, que estabelece a universalização do ensino médio e por fim na Lei 13.415/17, a reforma imposta pelo Governo do Golpe, que retrocede na profissionalização e nos itinerários formativos, aprofundando a dualidade. O debate sobre ensino médio, suas permanências e rupturas, se faz urgente, num momento em que o direito à educação se vê ameaçado, como tantos outros, e em que o capital avança sobre o trabalho, aprofundando o fosso entre os que produzem e os que não produzem. Buscamos no materialismo histórico o aporte teórico que nos possibilita compreender a realidade concreta e suas contradições, entendendo que a legislação que regula a educação é cara ao capital, por organizar a formação dos trabalhadores a partir dos princípios da acumulação.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) – e-mail: rayane.o.silva@ufv.br

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (Brasil) e-mail: joanadarcgermano@gmail.com



1968 – A GREVE DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES METALÚRGICOS DE CONTAGEM: UMA ANÁLISE 50 ANOS DEPOIS

JÚLIA FITARONI MOREIRA DIAS¹
EDGARD LEITE DE OLIVEIRA²

Palavras-chave: Greve dos metalúrgicos de Contagem; Memória; Marxismo e Educação.

Grupo de Trabalho:GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

O ano de 1968 tornou-se enigmático, ponto de partida de várias transformações sociais, políticas e culturais em todo o mundo. Período de Guerra Fria com manifestações populares, sendo o *Maio de 68* na França o mais conhecido, no qual estudantes universitários e secundaristas protestavam contra o autoritarismo e o anacronismo da Academia, com a adesão dos operários o movimento tomou proporção de contestação política contra o estado francês.

Ainda no contexto mundial, além da explosão de protestos em toda a Europa, nos Estados Unidos eclodem manifestações populares contra a guerra do Vietnã. No México, houve o massacre dos estudantes da Praça de Tlatelolco. Em toda a América Latina, a juventude influenciada pela Revolução Cubana aderiu à guerrilha para se opor aos governos ditatoriais e capitalistas.

No Brasil não foi diferente, o estudante secundarista Edson Luís foi assassinado de forma brutal pela polícia do Estado, na cidade do Rio de Janeiro. Em reação ao crime

¹Graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal de Viçosa. Email: fitaronijulia@gmail.com

² Doutor em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Email: edhistoria0909@gmail.com



político, intelectuais, religiosos e estudantes realizaram a *Marcha dos Cem Mil*, na mesma cidade, em junho do mesmo ano. Entre as pautas de reivindicação estavam o fim da repressão, o fim da censura e a redemocratização do país. O governo militar responderia meses depois com o Ato Institucional número 5.

Em abril de 1968, trabalhadoras e trabalhadores da região industrial de Contagem, Minas Gerais, organizaram a primeira greve após o golpe militar de 1964, uma das mais importantes da história do movimento operário brasileiro. Compreendendo a importância deste episódio na história brasileira, o presente resumo propõe resgatar as memórias e experiências daqueles que participaram desse processo 50 anos após o ocorrido.

Sabendo-se que à época cresciam as manifestações de oposição ao regime, principalmente artísticas e estudantis, compreende-se que a greve de Contagem de 1968 dialoga com as mesmas. Nesse sentido, a dissertação de mestrado intitulada “Conflito Social, Memória e Experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968” será o subsídio teórico norteador das análises empreendidas a seguir. Assim, faz-se a relação entre uma greve do passado com o olhar do presente, imerso em memórias e experiências, dialogando com a conjuntura recente dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, projetando possibilidades futuras. Partindo da referência do materialismo histórico-dialético da contradição capital *versus* trabalho, ao analisar o passado e contrapor discursos, análises e reflexões, no campo político, social e cultural.

Posto isto, a comunicação científica corrobora com as comemorações de 50 anos da greve, além de destacar as atividades realizadas pelas trabalhadoras e trabalhadores da região industrial de Contagem, bem como pela comunidade acadêmica em forma de publicações e documentários de nossa autoria e de outros autores.



O (VELHO) NOVO ENSINO MÉDIO: IDEOLOGIA E CONFORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA ATRAVÉS DA LEI 13.415/17

André Randazzo ORTEGA¹

Joana D’Arc Germano HOLLERBACH²

Palavras Chave – Ensino Médio. Ideologia. Lei 13.415/17

Grupo de Trabalho 4 – Democracia, Capitalismo e Estruturas de Poder

O presente trabalho propõe-se, ainda que de forma propedêutica, a estabelecer reflexões sobre a ideologia produzida pelo Estado brasileiro a respeito da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que consubstancia a reforma do ensino médio. Essa ideologia está expressa nos argumentos e nas construções discursivas oficiais explicitadas nos mais variados documentos oficiais, como, por exemplo, propagandas e vídeo-chamadas vinculadas na televisão e na *internet* e relatos de ações movidas na justiça contra a reforma. Para tanto, consideramos a concepção marxista de ideologia, por sua vez ressaltada e exposta por Marilena Chauí no livro *O que é ideologia* e no artigo *Ideologia e Educação*. Concomitantemente, o trabalho adota a análise de conteúdo como técnica de recolha de dados, com o auxílio do programa *Iramuteq* de análise de textos. A condução da investigação nos leva ao entendimento de que a construção discursiva engendrada pelo Estado acerca de sua reforma tem como pilar de sustentação a palavra “Novo” que não só dá título à reforma (Novo Ensino Médio), como também toma a conotação de “melhor”, relacionando-se ainda com diversos outros termos presentes nas propagandas. Sendo assim, e de forma alinhada a uma roupagem moderna e jovem, que usa e abusa das representações do cotidiano da maioria dos estudantes de nível médio, as propagandas mascaram desigualdades e formulam uma série de conceitos e normas que determinam como se deve pensar a respeito da reforma, ou seja, produz uma ideologia sobre ela, vendendo-a como uma solução para os problemas da educação e para o desestímulo dos jovens com o ensino médio. Estes resultados permitem-nos sustentar a ideia de que a ideologia aqui produzida para o ensino médio atende aos objetivos das classes dominantes e dirigentes na manutenção de uma educação que conforme a classe trabalhadora com a sociedade e o sistema do capital, perpetuando concepções pedagógicas que estimulam a competitividade desenfreada em uma sociedade sem emprego para todos os trabalhadores. Temos, portanto, um Novo Ensino Médio que de “Novo”, com efeito, não tem nada.

¹Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: andreortega10@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: joana.germano@ufv.br.



Batismo de Sangue: literatura testemunhal como ferramenta do reconhecimento histórico da dor.

Eduardo Augusto Carvalho TEIXEIRA¹

Palavras-chave: Ditadura.Literatura.Testemunho.Dominicanos.

Grupo de Trabalho: GT 2 - Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

Esta pesquisa buscou compreender a literatura de testemunho como fonte histórica importante para o entendimento da ditadura civil-militar e do processo de redemocratização no Brasil, por meio da obra do Frei Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, intitulada *Batismo de Sangue* e publicada em 1982. Esta pesquisa baseou-se nas relações entre História, Memória e literatura, entendendo que apresentam linguagens diferenciadas e representam fontes históricas importantes para a compreensão do contexto histórico da ditadura e da transição democrática. A adoção de perspectivas e linguagens diferenciadas sobre a leitura do passado, a avaliação sobre o diálogo entre escritor e a produção de outros sobreviventes, sobretudo, o choque de conteúdos e interpretações entre a memória coletiva de militância de grupos marxistas ortodoxos e a construção da memória relativa à participação de setores da Igreja Católica na resistência armada ao regime civil-militar foram preocupações deste trabalho. As leituras feitas durante a pesquisa foram norteadas por perspectivas e linguagens diferenciadas sobre interpretações da memória coletiva: por um lado relativas à militância de grupos armados, e aquela relacionada à participação de setores da Igreja Católica na resistência ao regime civil-militar. A obra de cunho biográfico, revela um silenciamento sobre a participação da Igreja no combate à ditadura, por parte da memória de guerrilha, mesmo em tempo de transição, estimulando o debate dos leitores sobre qual de fato foi o posicionamento da instituição religiosa nos anos da ditadura. Entende-se que as narrativas testemunhais de sobreviventes de grandes catástrofes não são reflexos da realidade, mas produtos históricos de uma sociedade específica e de agentes discursivos que interferem no próprio processo histórico, como o gênero testemunhal. Logo, pelo seu teor testemunhal, *Batismo de Sangue* pode cumprir o papel de realizar a justiça e a reparação histórica em casos de trágicos episódios.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Alfenas e professor da rede estadual de Ensino de Minas Gerais. Email: eduardoaugusto49@gmail.com.



A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais

Mariana RAMOS PEREIRA¹

Palavras-chave: : grupos juvenis. Permanência. horizontalidade.

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho é resultado parcial do projeto de iniciação científica “A dimensão educativa das organizações juvenis. Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública do interior de Minas Gerais”. O objetivo geral da pesquisa está sendo compreender e interpretar como se organizam e ocorrem os processos de formação social e política dos jovens estudantes de uma universidade do interior de Minas Gerais que participam de dois coletivos juvenis presentes no interior dela. A pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer mais e melhor a dimensão educativa não formal destes coletivos juvenis, que atuam ao lado ou à margem dos processos formais de ensino e, segundo a literatura consultada e primeiras conclusões, têm grande presença na formação política dos jovens estudantes que participam deles. Trata-se de uma formação distinta, a princípio, daquela preconizada pelos estudos clássicos de socialização política, pois se dão por meio de processos participativos e horizontais, em que os jovens são atores centrais, e que incidem diretamente na chamada esfera pública, por vezes tornando transparentes questões outrora restritas ao mundo privado. Para realização desta pesquisa foram usadas como técnicas de pesquisa a coleta de materiais disponibilizados pelos grupos em mídias sociais, a observação participante de todas as atividades que os grupos se envolvam, totalizando 13 observações, e a realização de 7 entrevistas. Alguns resultados encontrados foram a presença de um forte interesse dos sujeitos em terem formação política, dessa forma, eles sempre estão envolvidos em eventos que proporcionam esse tipo de formação, como é o caso de um acampamento que aconteceu no Rio de Janeiro, e um dos grupos se organizou para ir e participar das discussões desse espaço. O material também mostrou uma intensa preocupação dos sujeitos com os seus companheiros, e por isso, os grupos conseguem ter um papel notável na permanência dos seus integrantes na universidade. Portanto, contradizendo as leituras feitas pelo senso comum e algumas linhas dentro da sociologia da juventude, os coletivos juvenis conseguem, a partir das discussões feitas entre os próprios integrantes, de forma

¹ Graduanda de Ciências Sociais pela UNIFAL. Email: mariramospereiramrp@gmail.com



horizontal, e também através das relações, um importante elemento dentro da universidade, pois é a partir deles que os estudantes estão conseguindo construir relações e exercendo um dos elementos centrais da democracia, o debate. Com isso, conclui-se que a organização horizontal exercida dentro dos coletivos é um elemento formador para os seus integrantes e os seus processos formadores, aqui apresentados como não formais, conseguem acrescentar, e muitas vezes superar, a formação formal que a universidade possibilita.



MOVIMENTO ESTUDANTIL: UM MOVIMENTO SOCIAL EDUCATIVO E FORMATIVO

Junior Roberto Faria TREVISAN¹

Palavras-chave: Juventude. Movimento estudantil. Movimentos sociais. Educação. Formação.

Grupo de Trabalho: GT 8 - Movimentos Sociais, Educação e Juventude.

Resumo

Os movimentos sociais, dentre eles, os movimentos estudantis têm motivado importantes estudos nas áreas das ciências sociais e das humanidades. Desde sua institucionalização, a partir dos anos 1960, como campo de pesquisa específico, emergiram várias teorias e paradigmas que trataram a temática a partir de numerosas concepções. Parte de um projeto de pesquisa mais amplo², apresentado para o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), cujo foco de análise são os processos educativos e a formação política presentes no âmbito do movimento estudantil organizados por jovens de uma universidade pública sul mineira, o presente trabalho tem por objetivo caracterizar o movimento estudantil como uma forma singular marcada tanto pelas suas particularidades quanto pelos elementos que a conecta a outros movimentos sociais. Além disso, e sem cair na tentação de idealizar o potencial das ações coletivas e do ativismo juvenil, o texto busca pautar o movimento, mesmo com todas suas contradições, como um espaço educativo, formativo e de produção de novos conhecimentos – sejam eles formais ou não. Para embasar tais questões, foi realizado levantamento bibliográfico sobre a temática e a sistematização de dados obtidos por meio de observação participante realizada no campus sede de uma universidade pública federal do interior de Minas Gerais. O termo movimento social, mesmo com sua amplitude etimológica, remete a formas de fazer política que abarcam conjuntos singulares e históricos de interações e práticas coletivas. Nesse sentido, só é possível traduzir as lutas, reivindicações e ações estudantis como um movimento de fato quando estas se articulam com elementos intrínsecos a outros movimentos e ações sociais. São essas convergências, ou seja, essa dialética entre singularidade e associação, que

¹ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: juniortrevisansk8@hotmail.com.

² Ainda em andamento, o projeto conta com a orientação do Professor Dr. Luís Antonio Groppo e com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Pós-graduação (PIB-Pós) da UNIFAL-MG.



configuram o movimento estudantil como um movimento característico e de grande capacidade educativa.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO SUL DE MINAS GERAIS E O CONCEITO DE EDUCAÇÃO MENOR

Mara Aline Oliveira¹

Palavras-chave: ocupações secundaristas. educação menor. juventude. subjetivação política. resistência.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho objetiva investigar o movimento de ocupações estudantis secundaristas em 2016, no sul de Minas Gerais, nas escolas públicas da rede estadual e municipal de Poços de Caldas, sob a ótica do conceito da educação menor. A pesquisa, utilizando-se da perspectiva da educação menor, conceito este elaborado por Silvio Gallo, busca desvelar de quais formas tal movimento de resistência estudantil contribuiu para o próprio processo de subjetivação política destes jovens militantes. A educação menor busca romper com a educação maior e sua sistemática de controle massificado, buscando fugas dentro das falhas criadas pela mesma. Logo, para Silvio Gallo, a educação menor pode ser compreendida como aquela que age exatamente nas brechas para, a partir do deserto e da miséria da sala de aula, fazer emergir possibilidades que escapem a qualquer controle. Para tanto, objetiva-se descortinar de que maneiras as características da educação menor, quais sejam a desterritorialização, a ramificação política e o valor coletivo, se fizeram presentes no bojo das ocupações secundaristas. Importa ainda acessar por meio dos próprios sujeitos, quais as singularidades que os mesmos, ao se posicionarem como resistência, imprimiram nesse movimento de natureza tão peculiar. No que tange à metodologia, esta se desenvolverá por uma abordagem qualitativa, com o uso de revisão bibliográfica e sistematização de pesquisas já realizadas com os estudantes das escolas ocupadas poços-caldenses, bem como de análise documental sobre material público e particular produzido no decorrer da vigência do movimento. Por nos lançarmos em terreno de singularidades, é vital a coleta de material midiático audiovisual, de sítios da internet, bem como produções particulares dos próprios estudantes. Espera-se com essa investigação conhecer as implicações subjetivas das ocupações secundaristas nos atores de resistência que protagonizaram o movimento. Não se tratará de um mero conhecer, mas sim de um adentrar no universo desses sujeitos ancorado numa perspectiva deleuziana e foucaultiana, explorando esses diversos devir-secundaristas pela lente da educação menor. Se resistir é ocupar e ocupar é por si só é um ato político, nos cabe conhecer mais sobre o devir-secundarista, aquele que brotou do chão da escola, do cotidiano, da menoridade, para fazer política e se permitir politizar.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Pesquisadora do CNPq. maraadvsindute@gmail.com



A JUVENTUDE CATÓLICA OPERÁRIA (JOC) E SUA INSPIRAÇÃO, A PARTIR DA DÉCADA DE 1950, PARA A ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEB'S) NO BRASIL.

Caroline Aparecida Ferreira¹

Palavras-chave: Juventude. Comunidades. Igreja.

Grupo de Trabalho: GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Resumo

O presente trabalho tem como tema o estudo sobre as memórias de membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Diocese da Campanha - MG, que tiveram forte presença na organização política da juventude, no ano de 1968. Será feito, com base em entrevistas com sujeitos que atuaram no início da organização e estruturação das CEB's, bem como com aqueles que, de alguma forma, estão hoje em dia atuando nos eventos promovidos, procurando perceber influências, mudanças e permanências dentro da Igreja Católica e seus conceitos de comunidade. A análise do movimento será feita a partir do conceito desenvolvido por Frei Betto (1988), sobre comunidade eclesial e teologia da libertação, e os estudos de Alejandra Esteves (2011), Laci Alves (2013) e Reinaldo Schiavo (2014), que trabalham com a juventude católica na ditadura militar. O movimento da Juventude Católica Operária (JOC) foi idealizado por um padre belga chamado Joseph Cardijn no ano de 1925, ficando sob coordenação da Ação Católica. Rapidamente a JOC espalhou-se pelo mundo e chegou ao Brasil no ano de 1932, sendo reconhecida pela hierarquia da Igreja apenas em 1948. Contando com o apoio da Igreja, os jocistas acreditavam que a ação evangelizadora proporcionaria a paz social entre patrões e empregados, baseados na justiça social. No território brasileiro a JOC estava ligada ao projeto que foi adotado pela Ação Católica de recristianizar a classe operária. A partir da década de 1950, no entanto, a Juventude Católica Operária assumiu uma nova postura, dessa vez de ordem política, em detrimento da posição religiosa ou pedagógica do início. Nessa perspectiva, o movimento começou a sofrer uma divisão interna, sobretudo após a realização do Congresso de Recife em 1968; além disso, perdeu apoio de uma parte do clero e começou a sofrer um esvaziamento decorrente da prisão de líderes e abandono por parte de alguns membros. Diante disso é possível perceber que, apesar do contexto de crise no interior da JOC, o movimento inspirou a organização de outros movimentos brasileiros, como por exemplo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Expressando-se como uma das estratégias de atuação da Teologia da Libertação e tendo como princípios as propostas do Concílio Vaticano II para a Igreja, as CEB's eram pequenos grupos formados nos bairros, favelas e zonas rurais com o objetivo refletir sobre a realidade social

¹Discente do curso de História - Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: carolineaparecidaf@hotmail.com



vivida pelo povo, observar os problemas sofridos pela comunidade e planejar ações que tornassem possível a resolução dos problemas e o suprimento das necessidades. Utilizando-se do mesmo método da Juventude Católica Operária, "ver-julgar-agir", as CEB's foram constituindo-se como um "jeito de ser Igreja" dentro de uma paróquia, por meio das reuniões, dos encontros promovidos nas comunidades, dos círculos bíblicos realizados periodicamente e dos eventos diocesanos.

“LUTE COMO UMA MENINA”: UMA NOVA RELAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS

Isabella Batista Silveira¹

Palavras-chave: ocupação; formação; experiência; gênero.

GT 8 – Movimentos Sociais, Educação e Juventude

Este trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões teóricas sobre as ocupações estudantis secundaristas que aconteceram no segundo semestre do ano de 2016 e é parte do relatório de qualificação da pesquisa “LUTE COMO UMA MENINA”: UMA NOVA RELAÇÃO DE GÊNERO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS” que será apresentada para a conclusão da Pós Graduação em Educação na Universidade Federal de Alfenas. A partir da apresentação do panorama político e apoiada nos conceitos de classe e experiência do historiador inglês Edward Thompson, buscamos investigar como se deu o processo de formação no interior das ocupações e como este processo formativo desencadeou outras percepções sobre o espaço escolar, movimentos estudantis e, principalmente, sobre as relações estabelecidas no contexto desta experiência. Para tal compreensão, elencamos a relação de gênero, estabelecida dentro das ocupações, como principal balizador e medidor dos impactos desta experiência nos sujeitos ocupantes. O procedimento metodológico utilizado, para além da revisão teórica e demais produções relacionadas às ocupações são entrevistas semiestruturadas. As entrevistas estão sendo feitas com meninas ocupantes de escolas estaduais de duas cidades do Sul de Minas Gerais e que desempenharam um papel de protagonismo nos processos de formulação política. A análise do conjunto total destas entrevistas ainda será considerada para o trabalho completo, que ainda está em processo de construção e escrita. Ainda nos interessa, até o fim da pesquisa e para um segundo momento de sua produção, analisar a relação de gênero amparada no escopo conceitual do feminismo classista como principal auxiliar das análises. Ainda que em processo de investigação, podemos considerar que o exercício da autonomia, da auto-organização e o do *auto fazer-se* foram fundamentais para que as ocupações não se limitassem ao papel de ser apenas uma ferramenta tática de luta política. As ocupações colocaram para os sujeitos que experienciaram este processo novas perspectivas de atuação social e política, se efetivando na prática das relações sociais que permearam as escolas ocupadas com todas as reflexões feitas a partir dos debates de gênero, raça e classe.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Alfenas. Graduada em Ciências Sociais-Licenciatura pela mesma universidade e membro do Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG. isabellasilveira@gmail.com

